

CONTEÚDO

NÚMERO 4 | NOVEMBRO DE 2009

ISSN 1984-4026

Confederação Nacional
dos Trabalhadores em
Estabelecimentos de Ensino

filiada à CUT, CEA, FISE e IE
participa da CTB



Democratizar é preciso

CONHEÇA AS PRINCIPAIS BANDEIRAS E PROPOSTAS DE LUTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTRA O LATIFÚNDIO MUDIÁTICO E A MANIPULAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO BRASIL



QUEM SOMOS?

EM PAUTA:
A CONTEE E SUA
CAMPAHA
"EDUCAÇÃO NÃO É
MERCADORIA"

RODRIGO VIANNA

JORNALISTA REFLETE
SOBRE A REALIDADE
DA MÍDIA NO BRASIL E
PROJETA COMPLICAÇÕES
NA COBERTURA DAS
ELEIÇÕES 2010

FALA QUE EU TE ESCUTO

VENÍCIO DE LIMA,
BERNARDO KUCINSKI E
LUIS NASSIF DEBATEM
A RELAÇÃO ENTRE "A
MÍDIA HEGEMÔNICA E A
LIBERDADE DE EXPRESSÃO"



3 EDITORIAL
A comunicação
como direito
humano

4 EDUCACIONAL
"Educação Não é
Mercadoria" em
pauta

10 MESA REDONDA
A Mídia em Debate

16 NACIONAL
TV Brasil: um projeto
em disputa

20 CURTAS das Filiadas

24 CAPA
A sociedade brasileira
contra o latifúndio da
mídia

32 ENTREVISTA:
Rodrigo Vianna

38 CURTAS da CONTEE

44 EM ALTA E
EM BAIXA

46 ARTIGO
Twitter na escola
ajuda?

Diretoria Executiva

Coordenação Geral: **Madalena Guasco Peixoto**
 Coordenação Regional Sul: **Cássio Filipe Galvão Bessa**
 Coordenação Regional Sudeste: **Francilio Pinto Paes Leme**
 Coordenação Regional Centro-Oeste: **Edson de Paula Lima**
 Coordenação Regional Norte: **José Carlos Padilha Arêas**
 Coordenação Regional Nordeste: **Manoel Henrique Filho**
 Secretária Geral: **Cristina de Castro**
 Secretária de Assuntos Educacionais: **José Thadeu R. de Almeida**
 Secretária de Assuntos Jurídicos: **João Batista da Silveira**
 Secretária de Comunicação Social: **Maria Clotilde Lemos Petta**
 Secretária de Finanças: **José Roberto Torres Machado**
 Secretária de Formação e Políticas Sociais: **Rita Fraga de Almeida Zambon**
 Secretária de Organização e Políticas Sindicais: **Fábio Eduardo Zambon**
 Secretária de Questões de Gênero e Etnia: **Nara Teixeira de Souza**

A reprodução dos textos é autorizada. Agradecemos a citação da fonte.
 Os textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Revista da Contee

A revista CONTEÚDO é uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, sob coordenação da Secretaria de Comunicação Social.

conteudo@contee.org.br

Editora e jornalista responsável - **Daniele Moraes** - MTb 50607/SP

Projeto gráfico e diagramação - **Circus Serviços Gráficos**

Direção de Arte - **Vandré Fernandes**

Ilustração - **Daniel Lopes**

Colaboração - **Cristina Casagrande de Figueiredo**

Tiragem - **3.500 mil exemplares**

Impressão - **Forma Certa**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Setor de Rádio e TV - Sul - Quadra 701 - Bloco 2 - Sala 436

Ed. Assis Chateaubriand - CEP 70340-906 - Brasília/DF

Telefones: (61) 3226 1278/ 3223 2194

E-mail: contee@contee.org.br - www.contee.org.br

A comunicação como direito humano

O entendimento de que a comunicação é também um direito humano essencial fez com que a CONTEE se envolvesse diretamente na luta por sua democratização no Brasil. Acreditamos que, assim como a educação, a comunicação é um bem público e, portanto, deve ser garantida à sociedade como um dever do Estado.

A aproximação da Confederação a toda essa discussão, que se tornou fundamental na atualidade, especialmente com o impacto das novas tecnologias digitais nos meios de produção e veiculação da informação, foi consolidada após a realização de nosso último Seminário de Comunicação, que ocorreu em São Paulo, em maio de 2009. A atividade reuniu diretores e assessores de comunicação de dezenas de entidades filiadas à CONTEE de todo o País, justamente, para debater a questão da comunicação e o papel das entidades sindicais de educação na luta pela democratização da mídia. A partir dali, ficou clara a relação direta entre a luta em defesa da educação e pelo direito à comunicação.

Com a convocação da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, decidimos aprofundar o debate e ampliar sua repercussão no movimento sindical produzindo esta edição especial da CONTEÚDO sobre o tema. Nosso objetivo é levar ao conhecimento das categorias que representamos a reflexão sobre a importância da luta pela democratização da mídia, até mesmo como forma de potencializar a própria luta da classe trabalhadora no Brasil.

Com isso, nesta 4ª edição de nossa Revista, os companheiros e companheiras poderão se inteirar sobre os temas relacionados à comunicação, conhecer as propostas da sociedade brasileira para a CONFECOM e somar-se à CONTEE e às demais entidades, organizações, coletivos e estudiosos, na defesa da comunicação como direito, contra a criminalização dos movimentos sociais pela mídia hegemônica, no fortalecimento das iniciativas e veículos alternativos de informação e na luta pela democratização da comunicação no Brasil.

Entre os destaques da CONTEÚDO – Especial Comunicação: a apresentação institucional da CONTEE e da Campanha “Educação não é mercadoria” aos companheiros que lutam pela questão da comunicação; uma entrevista exclusiva com o jornalista Rodrigo Vianna sobre o papel da imprensa na atualidade; um debate entre o pesquisador Venício de Lima e os jornalistas Bernardo Kucinski e Luis Nassif, sob o tema: “A mídia hegemônica e a liberdade de expressão”; além de conhecer algumas das principais iniciativas de comunicação utilizadas pelas nossas entidades filiadas; e as mais recentes atividades desenvolvidas pela CONTEE.

Boa leitura!

Madalena Guasco Peixoto
Coordenadora geral da CONTEE

Sharon Eve Smith





“Educação não é mercadoria” em pauta

A primeira lição de um aspirante à jornalista é aprender a escrever o chamado “lead” da matéria. O termo é usado para definir as informações essenciais que devem constar no primeiro parágrafo de um texto, respondendo às seguintes questões: O quê? Quem? Quando? Como? Onde? Por quê?

Assim, já que nesta edição a CONTEÚDO trata essencialmente de Comunicação, decidimos caprichar no “lead” para apresentar a Campanha “Educação Não é Mercadoria”, destacando as lutas da CONTEE contra a mercantilização e a desnacionalização do ensino no Brasil.

QUÊ?

A Campanha “Educação não é Mercadoria” foi criada pela CONTEE para potencializar a luta da entidade contra a mercantilização da educação e em defesa da regulamentação do setor privado de ensino no Brasil. A Campanha denuncia à sociedade e às organizações dos trabalhadores o desvirtuamento da função social da educação, que tem sido tratada como uma mercadoria, transformada em commodities pelos agentes financeiros internacionais e negociada na bolsa de valores, projetando sua inclusão na Organização Mundial do Comércio.



QUEM?

A CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino é uma entidade sindical, que congrega 74 sindicatos e 7 federações de professores e técnicos e administrativos, que trabalham no setor privado de ensino do Brasil. Fundada em 1990, representa atualmente mais de 80% destas categorias. Como uma entidade de trabalhadores da educação, atua fundamentalmente na articulação da luta política sindical com a defesa de um projeto educacional para o País, que priorize a educação pública de qualidade, socialmente referenciada, gratuita, laica e democrática.

Por ser a primeira e única entidade nacional de educação que representa os trabalhadores do setor privado carrega, com responsabilidade, a relevância histórica de sua atuação. Entre suas principais bandeiras estão:

- A defesa da educação como direito e bem público;
- A regulamentação do setor privado de ensino;
- A universalização da educação pública em todos os níveis;
- A defesa da caracterização do setor privado como uma concessão estatal, que deve estar inserida em um marco regulatório, não permitindo a exploração mercantil da educação e exigindo parâmetros de qualidade, supervisionados pela sociedade.



Lançamento da Campanha na Câmara dos Vereadores de Porto Alegre/RS

QUANDO?

A Campanha “Educação Não é Mercadoria” foi criada no segundo semestre de 2006 e lançada oficialmente em abril de 2007, durante o 13º Conselho Sindical da CONTEE, realizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Já no segundo semestre de 2007, a Campanha entrou em sua segunda fase, com foco no combate à desnacionalização da educação. A desnacionalização é um processo em curso no País que se intensificou após a expansão desenfreada do setor privado de ensino superior, ocorrido nos anos 90, e teve seu ápice com a recente abertura de capital de diversas Instituições privadas, que agora negociam ações na Bolsa de Valores para grupos de especuladores financeiros internacionais. Desde então, a Campanha da CONTEE, passou a reivindicar também medidas concretas por parte do governo federal para conter este processo.

Arquivo CONTEE



Ônibus exibe Campanha em Belo Horizonte/MG

COMO?

A estratégia de divulgação da Campanha teve como princípio levar a discussão sobre a mercantilização e a desnacionalização da educação para todo o território nacional. Assim, elaborou diversos materiais gráficos, como: panfletos, cartazes, revistas, marcadores de página, blocos, adesivos, camisetas, faixas e bandeiras, que foram distribuídos pelo Brasil, ao longo das dezenas de seminários, debates, entrevistas e palestras apresentadas por dirigentes da CONTEE e de suas entidades de base.

Além disso, entre os destaques está a produção de dois vídeos institucionais que apresentam a Campanha e alertam para os riscos da mercantilização e da desnacionalização da Educação. Os vídeos estão disponíveis na Internet (no Portal da CONTEE e no site You Tube) e também foram exibidos em salas de cinema de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Salvador.

A CONTEE destaca-se hoje como protagonista nas discussões sobre o tema, produzindo artigos, participando de palestras e debates e propondo a reflexão dos brasileiros sobre a grave realidade do setor privado de ensino, hoje totalmente livre para a exploração do capital, a ingerência internacional e o desrespeito à legislação e à nação brasileira.

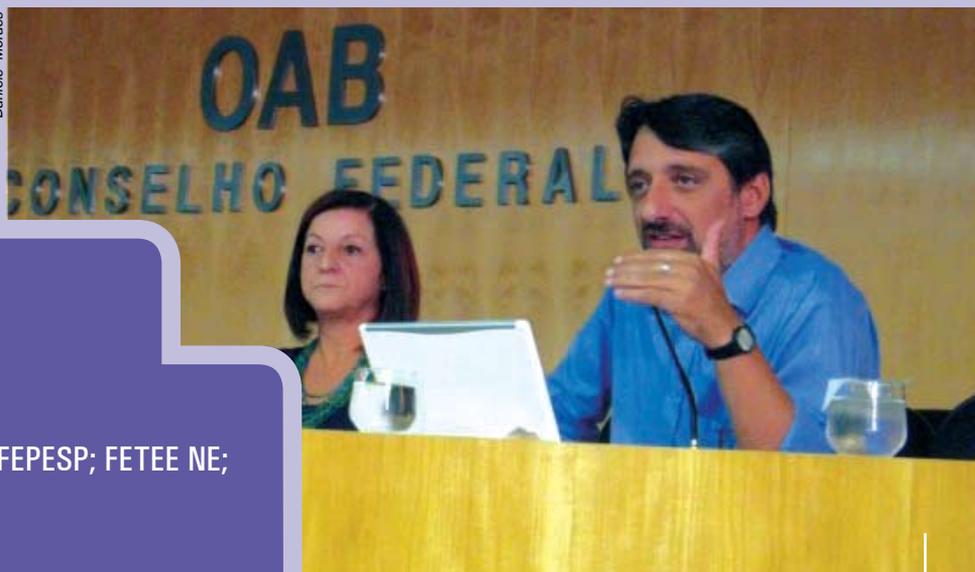


Daniela Moraes

Diretoria da CONTEE acompanha a apresentação da Campanha ao Conselho Federal da OAB



Cartazes da primeira fase da Campanha



Madalena Guasco Peixoto e José Thadeu de Almeida apresentam a Campanha “Educação Não é Mercadoria”

Conheça as entidades filiadas à CONTEE:

Federações:

FETEE-SUL; FETEERJ; FITEE; FEPESP; FETEE NE; FITRAE MT/MS; FITRAE-BC

Sindicatos:

SINTERPAC; SINTEP-MACEIO; SINPRO-BA; SINAES-BA; SINPROEP-DF; SAEP-DF; SINPRO-ESPÍRITO SANTO; SAAE-ESPÍRITO SANTO; SINTEEA-ANÁPOLIS; SINPROR-ANÁPOLIS; SINPRO-GO; SINTEERV; SINPMA; SINAAE-GO; SINTEERP-MA; SINTRAE-MT; SINTRAE-SEMT; SINTRAE-VAMT; SINTRAE-MS; SINTRAE-PANTANAL; SINTRAE-SUL; SINPRO MINAS; SINPRO-JUIZ DE FORA; SINAAE-JUIZ DE FORA; SAAE-MINAS GERAIS; SINPRO-PARÁ; SINPRO LONDRINA; SINTEENP-PB; SINTEENP-CAMPINA GRANDE; SINPRO-PE; SINTEEPE; SINPRO-PI; SINPRO BAIXADA; SINPRO-CAMPOS; SINPRO LAGOS; SINPRO COSTA VERDE; SINPRO-NORTE-NOROESTE FLUMINENSE; SINPRO MACAE; SINPRO-NITERÓI; SINPRO-NOVA FRIBURGO; SINPRO PETROPOLIS; SINPRO-RIO; SINPRO SUL FLUMINENSE; SAAE-PASSO FUNDO; SAAE-CAXIAS; SINTEEP; SINTEP VALES; SINPRO-CAXIAS DO SUL; SINPRO-NOROESTE; SINPRO-RS; SINTAE-RS; SINTEP-NATAL; SAAE OESTE; SINPRO-ITAJAÍ; SINPROESTE; SINPAAET; SINPRONORTE; SAAE ITAJAÍ; SINPRO-SP; SINPRO-ABC; SINPRO-OSASCO; SINPRO-CAMPINAS; SINPRO SOROCABA; SINPRO-GUAPIRA; SINPRO-GUARULHOS; SINPRO-JAÚ; SINPRO-JUNDIAI; SINPRO-SÃO JOSÉ DO RIO PRETO; SINPRO VALES; SINPRO-VALINHOSE E VINHEDO; SINPRO GUAPIRA; SINPRO MAUÁ; SINTEPET-TO; e SINTEPPAR.

ONDE?

Desde seu lançamento, a Campanha “Educação Não é Mercadoria” percorre o Brasil realizando lançamentos e debates sobre o tema. Nesse período, já passou por diversos Estados do Brasil, como: Mato Grosso, Amapá, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Piauí, Pernambuco, Distrito Federal, Goiás, São Paulo, entre outros.

Além disso, cruzou fronteiras e também foi apresentada no Uruguai, aos companheiros da Confederação de Educadores Americanos (CEA); aos representantes da Internacional da Educação (IE), em atividades realizadas na Argentina e em Portugal, durante a Conferência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Sindical de Educação; no Equador, em virtude do Encontro Nossa América – sendo incorporada no plano de lutas aprovado na atividade; e ainda foi lançada na Costa Rica e Chile.

PORQUÊ?

A luta contra a mercantilização da educação tornou-se prioritária para a CONTEE, pois a entidade acredita que os riscos inerentes a esse processo podem interferir diretamente no desenvolvimento do Brasil, afastando-o ainda mais do rumo do crescimento sustentável e de consolidação de uma nação justa e igualitária. Especialmente, em relação aos processos de desnacionalização do ensino, uma vez que a entrada de Instituições de Ensino Superior na bolsa de valores, ocorrida pela primeira vez em março de 2007, e a formação de conglomerados educacionais, potencializam os fatores de mercantilização da educação e a radicalizam a lógica perversa da lucratividade no setor.

Suas consequências são evidentes: a exploração dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino e a precarização de suas condições de trabalho – fatores

que afetam também a qualidade do ensino e, por sua vez, a formação dos jovens brasileiros. Além disso, a falta de vínculo e compromisso, em especial no ensino superior, com um projeto de desenvolvimento para o País, que priorize a formação cidadã, e a ameaça à soberania nacional são questões essenciais apontadas pela CONTEE ao afirmar que: “Educação Não é Mercadoria”!! 

NAS ENTRELINHAS

A Campanha “Educação Não é Mercadoria” significa:

- Fortalecer a educação pública e aumentar a destinação de verbas estatais para o setor público;
- Regular o setor privado de ensino em todos os níveis e modalidades;
- Limitar a entrada do capital internacional nas Instituições privadas brasileiras;
- Lutar pela democratização das Instituições de educação;
- Investir na formação profissional de qualidade;
- Investir em pesquisa e na formação de pesquisadores;
- Defender melhores condições de trabalho, carreira e remuneração aos trabalhadores em educação;
- Democratizar os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Educação e os Conselhos Universitários;
- Defender a educação como bem público e dever do Estado;
- Garantir 10% do PIB para educação;
- O fim da DRU – Desvinculação dos Recursos da União;
- Educação com compromisso social;
- Defender a soberania nacional.

A mídia em debate

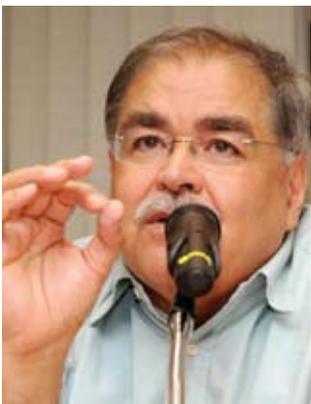
Fotos: João Zinclar



Luis Nassif
Jornalista



Bernardo Kucinski
Jornalista



Venício de Lima
Pesquisador

Como não poderia deixar de ser, a CONTEÚDO acompanhou essa riquíssima discussão, que precedeu o lançamento do livro: “Diálogos da Perplexidade — Reflexões Críticas sobre a Mídia” (Editora Perseu Abramo) — de Venício de Lima e Bernardo Kucinski — e apresenta, a seguir, alguns dos melhores trechos dessa mesa redonda em que a conduta da mídia hegemônica foi o tema principal.

Luis Nassif – Vou fazer um resumo rápido desse momento atual das comunicações. A criação de um mercado de opinião no Brasil, que se convencionou a chamar de “opinião pública midiática”, é um fenômeno que surge com a redemocratização do País. Já nos anos noventa, o episódio do impeachment do Collor marca o início de uma influência ampla da mídia, que tem abusos variados. Hoje vivemos o processo de decadência desse ciclo.

Com a queda do Collor, a mídia se reveste de um poder tal que tudo lhe era perdoado. Independentemente de vícios e virtudes do Collor, a campanha do impeachment foi uma das campanhas jornalísticas mais abjetas que eu já vi até hoje. Só superado por essa na tentativa de derrubar o Lula. Isso acabou dando um poder para a mídia monumental e, em 1995, você tem o auge da tiragem, do poder, da influência da grande imprensa. Ela endossa praticamente todas as políticas.

E qual a intenção? Virar um partido político? Não. A intenção era conseguir vantagens, intimidar patrocinadores, setor público e tudo mais. Quando veio essa maluquice da Veja, nesses últimos anos, de derrubar presidente do Senado, fazer chantagem, jogada com Daniel Dantas, por traz disso só tinha política de achaques. Quando ela dá uma página amarela para o

A grande imprensa brasileira parece ter ultrapassado qualquer limite ético na conduta jornalística e hoje deixa explícita sua partidarização. Qual a origem desse processo? O que ele pode causar ao País? Como transformar essa realidade? Essas são algumas das reflexões propostas pelos jornalistas Luis Nassif e Bernardo Kucinski e pelo pesquisador Venício de Lima, durante o debate: “A mídia hegemônica e a liberdade de expressão”, realizado em São Paulo, pelo Portal Vermelho e pela Fundação Perseu Abramo.

governador do Distrito Federal, no mesmo dia em que ele faz uma assinatura de 400 mil reais da revista, você tem um jogo de negócios, que assume uma conotação política.

Ainda havia uma competição light entre os jornais, que impedia muitos abusos, uma espécie de autocontrole. Gradativamente, foi se desgastando esse patrimônio de credibilidade – a medida em que se passou a dar tiros a torto e a direito. Em 2005, você tem um grande pacto entre os jornais, que passam a afastar qualquer voz dissidente, fecham uma posição política e colocam como meta derrubar o Lula. É nesse caminho que a grande imprensa embarca na pior aventura que já entrou. A maior fria na história do jornalismo brasileiro.

Por que derrubar o Lula? Porque tem o Mensalão. Portanto, criou-se a vulnerabilidade. Além da visão maluca que se

tinha de que se derrubasse um presidente, voltariam ao tempo de glória nos anos noventa. (Dentro da Folha de S.Paulo) se fazia a discussão de que estávamos largando a função de moderador, de fazer o meio campo desse conjunto de opiniões que constitui os leitores, para tomar um partido. A visão era do suicídio da mídia. Se não derrubassem o Lula, seria derrotada a mídia. Se derrubassem o Lula, esse País iria virar de pernas pro ar, e todos os problemas seriam atribuídos à mídia. A sorte deles é que não derrubaram. Senão, em vez de atacar a mídia com artigos e com ideias, provavelmente pedras e outros objetos pontiagudos seriam atirados [risos]. Porque a mídia assume esse papel político? Porque eles querem um poder tal que permita tornar o executivo, legislativo e o judiciário reféns desse tipo de jornalismo de chantagem praticado, especialmente, pela Veja. É esse o segredo!

Daí ocorre a pior parte desse drama brasileiro e que é a grande discussão que vamos ter que ter no próximo ano: como que se reconstrói a oposição, que é fundamental para o país? O Fernando Henrique sai de cena e passa o cedro de chefe da oposição ao Serra. Mas o Serra se cala, se inibe, fica refém de um tipo de discurso que morreu! Pois a crise acabou com o discurso do individualismo, do monetarismo exacerbado, da questão da privatização como um valor em si, não como um instrumento de bem estar ou de aprimoramento do País. E, nessa inibição dele, ele terceiriza a política. Nunca vi um negócio desse! Em qualquer lugar do mundo, quando os jornais têm uma posição política, a linha condutora das ideias é dada pelo partido político. Não se pode abrir mão disso! Aqui a oposição fica sem o discurso, que o Serra deveria dar.

Então, você vê hoje colonistas políticos dando



ordem para a oposição. “A oposição está de joelhos, tem que fazer tal coisa”. Só que o que a mídia sabe fazer é pegar o que acontece no dia e dar manchete no dia seguinte. É a lógica de escandalização, que, no caso do Brasil, se mediocrizou de tal maneira, que virou piada!

Eu confesso que não é fácil definir a parte programática nesse pós-Lula, porque o Lula pegou todas essas bandeiras de centro-esquerda, mais a parte mercadista e esvaziou o discurso (da oposição). E o medo da inflação, a última bandeira que poderia ser da oposição, se desfez. A crise derrubou.

O mercado de opinião, do jeito que era antes, concentrado em 3, 4 grupos, acabou. A opinião hoje está pulverizada. A Internet tem um universo de pequenos formadores de opinião, que são blogs, sites de partido, sites de revistas, que formam um conglomerado e esse conglomerado é fantástico, porque nele as alianças se formam a cada momento.

Daqui para frente, todos os partidos políticos, sindicatos, empresas, ONGs, vão ser geradores de notícia. Não vão mais gerar dados, informações que têm de passar pelo jornal para virar notícia. E é isso que vai dar um salto final para a gente sair desse subdesenvolvimento que segurou

o país por tanto tempo. Porque a soma de temas legítimos não precisará mais passar por aquele filtro da mídia, que só privilegiava o mercado financeiro.

Bernardo Kucinski

- O primeiro ponto que eu queria ressaltar é o papel estratégico que tem a comunicação hoje. Os setores mais organizados da burguesia já têm consciência desse papel estratégico há muitas décadas. E isso, em parte, explica também a hegemonia desse pensamento ou a aparente hegemonia do pensamento neo-liberal na sociedade brasileira e na mídia. Não são coisas que aconteceram naturalmente, gratuitamente, houve muito investimento dos grandes setores organizados da burguesia na construção desse poder midiático. E eu estou chamando a atenção disso porque é algo que falta ao campo popular, falta às nossas esquerdas, falta ao governo. O maior partido brasileiro de esquerda, que é um dos maiores

“
Em 2005,
colocam como
meta derrubar
o Lula. É nesse
caminho que
a grande
imprensa
embarca na
pior aventura
que já entrou.
A maior fria
na história
do jornalismo
brasileiro.”

Luis Nassif



da América Latina, não tem um diário, não tem uma revista de grande circulação. A maior central sindical brasileira também não tem. E isso gera toda uma discussão de porque não tem.

Queria ressaltar a profundidade, o enorme alcance, da tal revolução da era digital. Isso nos remete a um outro ponto que são os equívocos nas nossas bandeiras para a Conferência, cuja principal palavra de ordem é pedir a democratização da comunicação, quando isso já está acontecendo, através da revolução digital. Não se trata de democratizar a comunicação, se trata de desmontar monopólios construídos em cima de concessões públicas. Usurpando concessões de serviço público. O fato da gente concordar que é um processo tecnológico, cultural e profundo da democratização da comunicação, não elimina este problema que está colocado, da existência de um conglomerado industrial, ligado com a indústria da propaganda, setores de consumo, de toda uma sociedade de consumo, de

cultura elitista e golpista, e ele está colocado ali e precisa ser tratado de forma adequada.

Apesar de haver toda uma era de comunicação na nossa frente, permanece um poder midiático centrado num conglomerado de grande mídia. Ele é um poder midiático culturalmente golpista, autoritário, arrogante, elitista, anti-povo. Nós tivemos manifestações muito recentes dessa síndrome golpista na Venezuela, tivemos no governo Lula por ocasião do Mensalão. Esse é um problema específico.

Eu acho que nós, há tempos, entramos num processo de fuga das nossas responsabilidades, atribuindo a culpa ao adversário, ora a imprensa burguesa, que apenas faz com esse com eficácia aquilo que nós não conseguimos fazer. E nós temos um problema de degeneração da ética jornalística, que a categoria não quer tratar. Ela olha para o outro lado e ainda diz assim 'não, quem manda é o patrão', como se não tivesse nada que ver. Ele tem tudo a ver! Existe todo um campo de luta aqui que nós não acertamos, que é a luta pela ética jornalística, nos sindicatos de jornalistas, que nunca convocam um conselho de ética para cobrar a ética na informação. Temos um código de ética que é uma farsa, porque não é seguido por ninguém.



O meu recado é o seguinte: tem de cobrar da esquerda o seu descaso com a comunicação. A burguesia está fazendo com competência aquilo que nós não sabemos fazer.

Bernardo Kucinski

E, finalmente, eu queria falar do principal equívoco, que eu acho o alvo de toda a Conferência, de toda essa luta, que é: o governo. O governo Lula não cumpriu as promessas implícitas na sua eleição no campo da comunicação. Para começo de conversa, colocou um homem da Globo no Ministério das Comunicações, o Hélio Costa, que já começou perseguindo as rádios comunitárias. Eu vou listar aqui uma das promessas não cumpridas do governo Lula. Primeiro, uma que ele chegou a anunciar e não cumpriu, que é o recadastramento das concessões de rádio e televisão.

Também não adotou critérios sociais, culturais ou políticos na distribuição das verbas (publicitárias). Então, nós passamos por essa humilhação de abrir uma revista Veja, que é uma revista cafajeste, e ver páginas e páginas de publicidade do governo Lula, do Banco do Brasil, do BNDES, da Petrobras, da Caixa Econômica Federal! Isso é um escândalo! Como é que é possível uma coisa dessas?



Deu um passo à frente e criou a TV pública, a rede pública de televisão. Mas ao criar esse embrião de rede pública, aconteceu um grande equívoco, que foi extinguir a rede estatal. A nossa constituição diz: o sistema de comunicação social tem de ser formado por três bases, a pública, a privada e a estatal. O governo Lula cumpriu o que até hoje não tinha sido cumprido, criou a pública, mas no mesmo ato extinguiu a estatal. Violou a mesma constituição que obedeceu.

O meu recado é o seguinte: nós precisamos parar de nos enganar e ir ao alvo. O alvo é o seguinte: tem de cobrar do governo Lula, tem de cobrar da esquerda o seu descaso com a comunicação. A burguesia está fazendo com competência aquilo que nós não sabemos fazer.

Venício de Lima - Tenho pontos de discordância e muitos de concordância com o Bernardo e com o Nassif, mas talvez eu seja, apesar de tudo, o menos otimista. Eu queria compartilhar algumas coisas que têm me incomodado e que posso resumir numa ideia que expressei em um debate da CONTEE de que quando eu vejo e participo do entusiasmo em relação à Internet e o que ela pode provocar lembro-me da frase do (Antonio) Gramsci* que diz que o velho já morreu, mas o novo ainda está nascendo. E, por isso, não tem condições de emergir completamente. Apesar do potencial da internet, das modificações profundas que está provocando no panorama da mídia, não só no Brasil, o estrago que a grande mídia é capaz de fazer e a importância que ela ainda tem na batalha das ideias e na disputa ideológica são muito grandes e a gente não pode subestimar isso.

Há vários países na América Latina que estão passando por um processo de mudança política importante e estão promovendo mudanças significativas na regulação da mídia. É o caso da Venezuela que, desde 2004, tem uma lei de responsabilidade social mídia; do Equador, que convocou um grupo de especialistas equatorianos e de vários outros países para reestudar as concessões de um período de 10 anos e delineou políticas que estão sendo discutidas dentro das normas do estado de Direito; o Uruguai, que está implementando uma legislação

nova nessa área, inclusive avançando na regulação da internet; a Bolívia, que, pelos depoimentos que eu consigo ter, está tentando equilibrar o domínio da mídia privada com o Estado, inclusive com grande presença dos povos originários, que eram totalmente excluídos da mídia e que agora têm uma participação; e o último caso, o da Argentina, que aprovou uma importante mudança da lei do serviço audiovisual.

Respeitadas as diferenças nacionais, que são muitas, e as especificidades dos processos, há alguma coisa em comum no fato de que os governos que promovem essas mudanças políticas, dentro das quais acontece também uma significativa mudança na regulação da mídia, foram eleitos com a inclusão de setores sociais que, tradicional e historicamente, estavam excluídos do processo de participação política. Em alguns casos isso é mais evidente, mas a imensa maioria desses governos foi feita em função da organização da sociedade civil, da participação e da luta de movimentos sociais. A eleição desses governos em processos

dentro das regras democráticas dos respectivos países se deu na sua totalidade contra a mídia hegemônica, que fez contra eles campanhas partidarizadas, em alguns casos, totalmente explícitas.

Em decorrência disso, estamos atravessando um processo, que se reflete também no Brasil, de radicalização política da grande mídia. Alguns analistas finalmente admitiram que tem havido uma partidarização da mídia, mas atribuem isso a uma tentativa de sobrevivência da mídia por causa da crise. Pode até ser isso também, mas faz parte de um processo político, onde a grande mídia “se lixou”, sobretudo a mídia impressa, historicamente, para a opinião da maioria da população. Ela era elitista. E o professor Bernardo Kucinski me ensinou que a elite no Brasil foi sempre: a fonte, a protagonista e a leitora da mídia impressa, numa circularidade que sempre excluiu a maioria da população do espaço público da mídia impressa.

Mas, apesar disso, essa partidarização da mídia tem levado a uma indiferenciação completa, uma das bases da mídia liberal e

de opinião e informação. E o exemplo interessante desta indiferenciação é exatamente a cobertura que tem sido feita sobre essas mudanças na regulação da mídia, que tem acontecido nesses países que eu mencionei agora pouco. Isso chegou a tal ponto que qualquer tentativa de discutir ou de problematizar essa equação de liberdade

de expressão e liberdade de imprensa é automaticamente interdita sob a acusação de censura, radicalismo de esquerda. O entendimento na democracia brasileira é de que liberdade de expressão é igual a liberdade de imprensa e democracia na mídia é a democracia dos seis grupos que controlam as concessões de radiodifusão públicas no Brasil.

É dentro desse quadro mais geral que precisamos continuar fazendo o debate e minha divergência principal, tanto com o Bernardo, quanto com o Nassif, é que eu tenho a impressão de que, apesar de todos os avanços que nós tivemos e mesmo com a Internet, a grande mídia e seus aliados, que não são poucos e muito bem articulados,

“O estrago que a grande mídia é capaz de fazer e a importância que ela ainda tem na batalha das ideias e na disputa ideológica são muito grandes e a gente não pode subestimar isso”

Venício de Lima

há um estreitamento dos limites da discussão sobre a mídia. Nós estamos discutindo a mídia num movimento para a CONFECOM, mas para efeito do espaço público de discussão, qualquer coisa que saia do modelo liberal clássico é visto como uma forma de radicalização. E nesse sentido eu acho que a grande mídia continua muito bem sucedida. ●

** Revolucionário italiano Antonio Gramsci (1891-1937) nos Cadernos de Cárcere: “A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece”.*



TV Brasil: um projeto *em disputa*

Por Renata Mielli*

As contradições que marcam a criação e a gestão da Empresa Brasil de Comunicação não podem ser utilizadas como argumento para negar a importância e a necessidade do fortalecimento da comunicação pública no Brasil.

Ao tomar a decisão de criar a Empresa Brasil de Comunicação, o governo federal preencheu uma lacuna histórica no sistema de radiodifusão do país e cumpriu uma determinação constitucional de que esse sistema deveria observar a complementaridade entre o público, o estatal e o privado – que desde 1988 era desrespeitada.

A construção de um sistema público – praticamente do zero – encerra desafios em todas as suas fases: desde a definição comum do conceito de rede pública, passando por questões relaciona-

das à forma de gestão, programação, composição de recursos financeiros e humanos, construção de infraestrutura, diálogo com a sociedade para definição de como se dará a participação desta em todas as etapas, conquista de audiência,

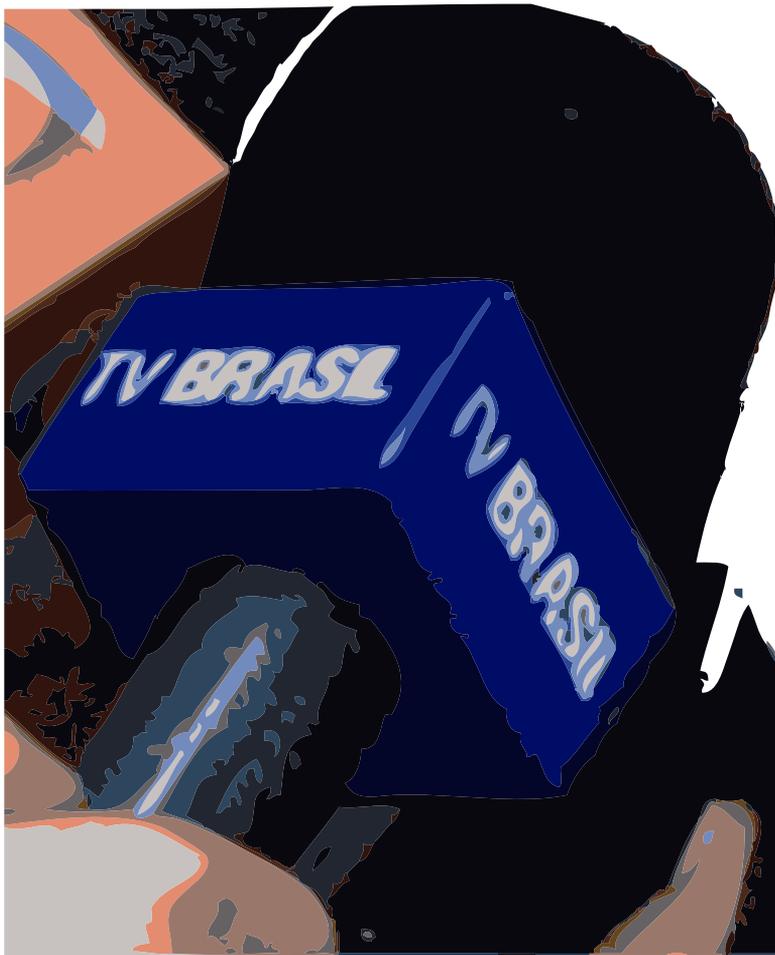
isso para citar apenas alguns desafios.

Esse processo ocorre num determinado contexto político e econômico. No aspecto político é preciso considerar que há uma disputa de dois projetos para o Brasil que cinde a sociedade, ainda que discretamente, em duas. Há um setor que projeta um rumo de desenvolvimento e soberania para o país, com ampliação da democracia, dos direitos sociais e humanos, observando uma política internacional independente e de integração com a América Latina, que pressupõe o fortalecimento do Estado como ente indutor de políticas. Do outro lado, há um setor que prega a desregulamentação geral, com redução de direitos sociais, abertura para a ação autorreguladora do mercado em todas as esferas da sociedade, privilegia as relações comerciais de dependência com os países ricos, rejeita as políticas de autodeterminação e soberania dos países vizinhos e é avesso à ampliação da participação da sociedade na definição de políticas para o país.

Desvio de rota

Essa divisão, claro, apresenta nuances e não está cristalizada em todos os estratos da sociedade. Em muitos casos, essas posições se misturam e adquirem uma face híbrida. E isso está presente dentro e fora do governo. Ou seja, a falta de clareza e de convicções em setores que ocupam posição estratégica no governo contribui para frear iniciativas e trazer confusão na hora da aplicação de políticas.

Esse problema se reflete na construção da EBC. Apesar de ter sido constituída a partir de um debate amplo que reuniu sociedade e governo, que avançou bastante na elaboração e delimitamento do perfil da nova rede, na hora de implementar a decisão o governo deixou de lado vários aspectos que haviam sido consensuados, como a forma de gestão e a composição do Conselho Curador, para ficar apenas nestes dois exemplos.



Ricardo Reis



Renata Mielli –
Jornalista e Editora
das revistas Movimento
e Presença da Mulher



TV Brasil

Desafios estruturais

No aspecto econômico, os desafios são imensos, já que a criação da EBC se dá numa quadra de crise econômica internacional, com impactos em vários setores da economia, com redução do crédito, grande flutuação de câmbio e incertezas internacionais. Isso tem reflexo direto na criação da EBC. A empresa nasceu da fusão da TV Educativa do Rio, da TVE do Maranhão e da Radiobras, que estavam com seus sistemas de transmissão e produção totalmente sucateados. A adesão de emissoras estaduais à EBC para a constituição da rede pública é um processo ainda lento e que não soluciona os problemas de infraestrutura, uma vez que também as emissoras estaduais se encontram em situação precária. Recompôr os recursos humanos e materiais é um desafio que está longe de ser solucionado.

Para não falar dos problemas relacionados à divisão do espectro radioelétrico e a farra das concessões de rádio e TV, que restringem a transmissão da TV Brasil há poucas regiões geográficas e em canais indecentes da banda. Quem sintoniza em São Paulo, por exemplo, o canal aberto 69? As pessoas nem sabem da existência de algo que não seja ruído depois do vinte e pouco.

No que diz respeito à conquista de audiência para uma TV em construção, com dificuldades

técnicas e sem uma clara definição de programação, os desafios são imensos. Claro que audiência é um objetivo, mas ela é construída em médio e longo prazo tanto nas emissoras comerciais como na pública. Não há receita e nem mágica nesse campo, mas uma atuação coordenada e persistente.

Em síntese, a criação de uma empresa pública de radiodifusão no Brasil foi um avanço e uma conquista que não está consolidada. Ou seja, recuperar o projeto inicial, ampliar a participação social e conferir maior caráter público à iniciativa ainda são tarefas atuais, que podem ou não ser alcançadas.

Propaganda contrária da mídia hegemônica

Além desses desafios, que não são pequenos, a implantação da rede pública sofre ainda com a

propaganda contrária da mídia hegemônica. Enxurradas de notícias, editoriais e comentários nos jornais, rádios, revistas e emissoras de televisão bombardeiam a iniciativa que eles caracterizam como interferência estatal no setor. Não seria de se esperar outra coisa, afinal o sistema de radiodifusão no Brasil nasceu e cresceu a partir do modelo comercial, sem praticamente nenhuma contrapartida social e de espírito público, ignorando o fato de que todo canal de televisão e rádio é uma concessão pública.

As notícias sobre a crise na EBC, sobre o 'abandono' dos conselheiros do Conselho Curador, da renúncia do presidente Luiz Gonzaga Belluzo, as críticas à gestão administrativa e ao conteúdo são insufladas pela mídia e objetivam desmoralizar o projeto até que ele sucumba. O fracasso da rede pública interessa apenas ao setor comercial, que têm o monopólio da fala.

Defender o projeto da rede pública de televisão é tarefa da sociedade e dos movimentos sociais. Isso

não pressupõe, entretanto, a falta de visão crítica sobre o projeto que está em curso. É preciso denunciar a posição que a mídia hegemônica e os setores conservadores têm tido e tomar cuidado para não fazer coro com suas posturas. De outro lado, temos que fazer a crítica determinada sobre os desvios do projeto e pressionar para que a sociedade tenha mais participação na construção da nova rede. ●

*** jornalista, diretora da Associação Vermelho, editora das Revistas Movimento e Presença da Mulher e organizadora do livro: "Comunicação Pública no Brasil — Uma Exigência Democrática".**



A importância da criação de um sistema público de comunicação, que se estabeleça como contraponto à hegemonia comercial existente na mídia brasileira, é o tema central do livro "Comunicação Pública no Brasil – uma exigência democrática" – uma publicação da Editora Anita Garibaldi, organizada pela jornalista Renata Mielli.

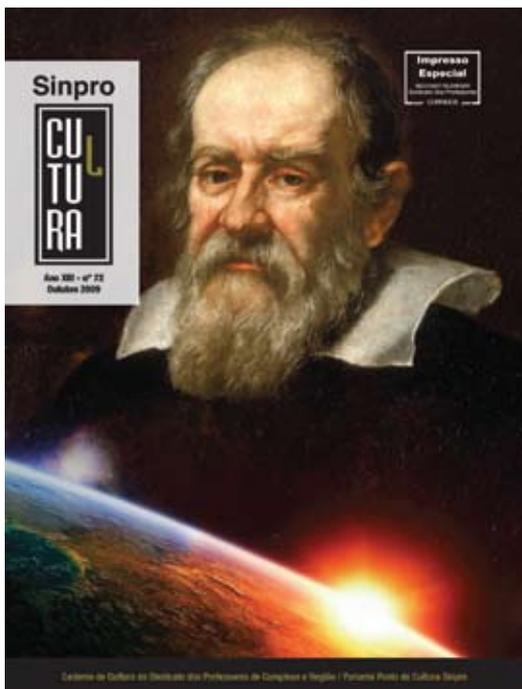
Saaesl agora é Sintep Vales

Como parte de uma estratégia para melhorar sua comunicação com a categoria, o Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar de São Leopoldo e Região, antigo Saaesl, mudou de nome e agora se chama: Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Privado dos Vales do RS – Sintep Vales. O lançamento da nova identidade visual, no dia 16 de outubro, contou com a participação de trabalhadores e dirigentes sindicais.

A mudança atende uma demanda da categoria, que não se via mais representada enquanto auxiliar administrativo e, sim, como trabalhadores da



educação, que, juntamente com professores, têm a responsabilidade de conduzir o ensino privado no País. Por sua vez, o termo Vales identifica a região onde está situada a maioria dos trabalhadores pertencentes a base territorial do sindicato. No site www.sintepvales.org.br estão disponíveis os novos contatos e todo o material de divulgação da entidade, com a nova denominação.



Em Campinas, o Sindicato é Ponto de Cultura

O Sindicato dos Professores de Campinas e Região mantém atualmente dois veículos impressos com periodicidade regular. A Revista Sinpro Cultura existe desde 1983 e foi premiada recentemente pelo Ponto de Mídia Livre, na categoria publicação regional. Já o jornal do Sinpro é produzido desde março de 1982 e tem tiragem de 5.000 exemplares, com periodicidade bimestral. Outros veículos utilizados para facilitar a comunicação com a categoria são o site: www.sinprocampinas.org.br, atualizado diariamente, e um boletim eletrônico semanal, enviado para mais de 4.500 endereços de e-mail.

Além disso, o Sinpro Campinas faz parte da Teia dos Pontos de Cultura – um projeto do Ministério da Cultura.

Assim, semanalmente, a entidade realiza oficinas culturais abertas aos professores da rede privada e pública e também a comunidade em geral, com público anual de aproximadamente 2.000 participantes.

Sinpro-GO: da internet ao outdoor



Sinpro-GO utiliza outdoors para mobilizar a categoria

O Sindicato dos Professores do Estado de Goiás distribui a cada dois meses uma publicação chamada *Tribuna do Professor*, que já se tornou tradicional entre categoria. A sua finalidade é articular politicamente os docente das escolas particulares goianas, divulgar as concepções, os planos de lutas e o sentido de uma entidade sindical classista. Com tiragem média 4 mil exemplares, a *Tribuna do Professor* chega às residências dos filiados ao Sinpro-GO pelos Correios e tem uma parte distribuída diretamente aos docentes, nos seus locais de trabalho.

Além do noticiário cotidiano e das informações institucionais, o portal do Sinpro-GO traz aos professores e professoras acesso a orientações jurídicas e permitem chegar ao Sindicato reclamações e denúncias acerca das condições de trabalho, proporcionando rápida e adequada resposta da entidade. Graças a uma completa lista de e-mail, o sindicato presta contas à categoria sobre as informações mais urgentes.

No período de negociações coletivas, o Sindicato redobra suas ações de comunicação e edita panfletos, produz spots em rádio e utiliza carro de som, como estratégias para alcançar e informar a categoria. Os Outdoors também recebem, com frequência, anúncios do Sindicato, em especial durante os processos de negociações e para denunciar violações de direitos dos trabalhadores.

Sintae-RS premia sócios por recadastramento

A fim de ampliar e melhorar a comunicação com os seus associados, o Sintae-RS realizou um recadastramento para obter e-mails e número de celulares. A entidade enviou cartas-respostas para a categoria e cada uma que retornou ao sindicato recebeu um número para concorrer a

prêmios. O Sintae-RS pretende utilizar os dados em novas ferramentas de comunicação para convocação de assembleias, congressos, atividades sindicais e informar assuntos que interessam ao trabalhador técnico e administrativo do ensino privado.

Sinpro-Rio recupera e preserva sua memória

O Departamento de Comunicação do Sinpro-Rio produz, anualmente, 4 edições do Jornal do Professor, 6 do Boletim do Professor e 2 Revistas Sinpro-Rio, com temas ligados à categoria; o guia de convênios; e a Agenda do Professor – essa sempre com temas históricos ou ligados à realidade dos professores. Além disso, semestralmente, edita o Guia da Escola do Professor.

No Portal da entidade (www.sinpro-rio.org.br) são disponibilizadas notícias, ligadas a categoria, e também informações sobre política, cultura e conjuntura nacional e internacional, com uma média de 30 mil acessos mensais. O Sindicato também se comunica com seus associados através de sua mala direta, chamada de: “Sinpro-Rio Online”. Outra realização importante da comunicação do Sinpro-Rio foi o “Projeto Memória”, onde todo o acervo iconográfico da entidade foi recuperado e catalogado, assim como parte dos acervos documentais e de periódicos.



A premiada comunicação do SINPRO/RS

Todos têm o direito à informação. Focado neste entendimento, o Sinpro/RS – Sindicato Cidadão promove por meio do jornal Extra Classe, da Revista Textual, do site www.sinpro.rs.org.br e de sua assessoria de imprensa a veiculação de informações e análises para os professores e a comunidade em geral. Cada uma destas ferramentas se utiliza de uma linguagem própria.

O jornal Extra Classe publica há 14 anos reportagens sobre os mais variados assuntos: Educação, Economia, Política, Comportamento, Cultura, Meio Ambiente. Ao longo de sua trajetória, ganhou 13 prêmios de jornalismo. São 24 páginas mensais com tiragem de 20 mil exemplares, também distribuído a formadores de opinião do Estado.

Já a revista Textual, publicada desde 2001, traz reflexões sobre a dinâmica do meio educacional, o professor e o



mundo da escola e de temas livres que são objeto de pesquisa dos docentes do ensino privado.

Valendo-se da agilidade, amplitude e profundidade permitida pela internet, o Sinpro/RS estabeleceu uma dinâmica de comunicação com seus associados e comunidade em geral. E por meio da assessoria de imprensa contínua, a entidade constituiu um canal de informação com as redações dos veículos de comunicação diários, informando e sugerindo pautas.



Sinpro Minas aumenta sua visibilidade na mídia

O Sinpro Minas tem investido em comunicação, ampliando o debate sobre a realidade dos professores e da educação para a sociedade. Além de conquistar um importante espaço na mídia, o Departamento de Comunicação produz o Jornal Extra-Classe, boletins Intervalo, materiais gráficos, conteúdos para internet, a Revista Elas por Elas, uma publicação sobre gênero que já está no seu terceiro ano, e o Programa Extra-Classe, no ar há quase dois anos na TV Band Minas, com crescente audiência. O programa aborda temas da atualidade como educação, cidadania, direitos, trabalho, economia, meio ambiente, cultura, política, etc, sempre sobre o ponto de vista dos trabalhadores. Algumas edições estão disponíveis no site do Sinpro Minas: www.sinprominas.org.br



O Programa de TV do SIMPRO MINAS está no ar há 2 anos na TV BandMinas

Sinproep-DF adota plano moderno de comunicação



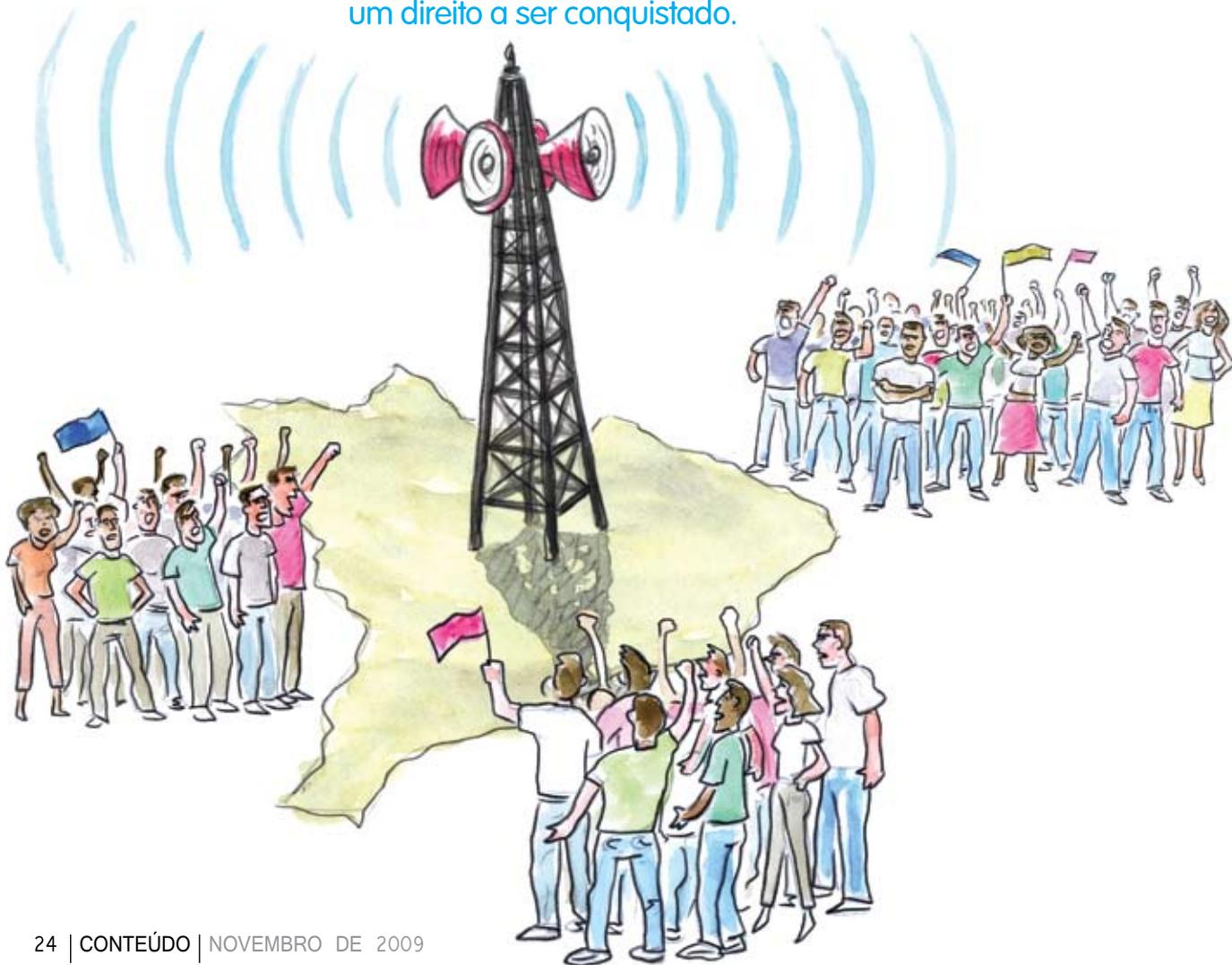
Conheça o Site do Sinproep-DF, www.simproepdf.org.br

O Sinproep-DF surgiu há quatro anos, após decisão política tomada pela diretoria do Sinpro-DF, que reconheceu a necessidade da formação de uma entidade específica para atender as demandas dos docentes do setor privado de ensino. Desde a primeira gestão, a diretoria colocou como pauta prioritária a criação de um plano de comunicação moderno que interagisse com o associado.

Hoje a entidade conta com ferramentas como: a Página do sindicato na Internet, com informações diárias de interesse dos associados; o Boletim Eletrônico, publicado semanalmente com o resumo das notícias de maior interesse; o Jornal impresso, com publicação bimestral e tiragem de 12 mil exemplares; a Revista do Sinproep, editada semestralmente, com assuntos voltados para a saúde, direitos e atividades dos professores e professoras; além da distribuição anual de uma agenda temática, como brinde de Natal.

A sociedade brasileira contra o latifúndio da mídia

O enfretamento dos barões da mídia brasileira na luta pela democratização dos meios de comunicação tornou-se uma das principais pautas unificadas do movimento social no Brasil. A avaliação geral é de que enquanto não houver espaço para a diversidade de ideias e informações, a luta do povo brasileiro pelo desenvolvimento social do País será sempre difícil e combatida, covardemente, pela mídia-hegemônica. Comunicação é um direito a ser conquistado.



O ponto fundamental que caracteriza a comunicação no Brasil, sem dúvida nenhuma, é a concentração dos meios de comunicação sob o domínio de onze famílias, que ao longo da história formaram verdadeiros conglomerados midiáticos e que disputam poder, de igual para igual, com as instâncias democráticas constituídas no País.

Em função disso, muitos estudiosos de comunicação acreditam que a luta pela chamada democratização da mídia pode ser um dos mais importantes enfrentamentos a ser feito pelos movimentos da sociedade civil organizada. Uma vez que, sem que haja espaço nos meios de comunicação para a disputa de ideias e para a defesa dos direitos sociais e lutas da classe trabalhadora, qualquer avanço nesse sentido será muito difícil.

Para o jornalista e autor do livro “Ditadura da Mídia”, Altamiro Borges, até agora os latifundiários da mídia fizeram de tudo para sabotar o debate democrático na sociedade sobre os meios de comunicação. “Eles impediram a regulamentação dos dispositivos da Constituição de 1988; abortaram todas as iniciativas democratizantes do setor; chantagearam e enquadraram os poderes públicos; desqualificaram os críticos da monopolização e da manipulação midiática, apresentando-os como partidários da censura; e contiveram ao máximo a convocação da Conferência Nacional de Comunicação”.

Para Miro, mais do que nunca, neste momento, cai a máscara dos barões da mídia,

O direito à comunicação, tanto quanto o direito à educação, é fundamental para a luta por um projeto de desenvolvimento para o País.

que sempre se arvoraram do discurso da “liberdade de expressão”, mas que, quando o governo Lula finalmente decidiu convocar a Conferência, tentaram sabotá-la. Ao explicitar e protagonizar tal atitude anti-democrática, ficou claro que não defendem a “liberdade de imprensa”, mas, sim, a “liberdade dos monopólios”.

Entretanto, acredita o jornalista, “apesar das escaramuças e rasteiras, a convocação da 1ª Conferência Nacional de Comunicação já pode ser considerada uma grande vitória. Num curto espaço de tempo, milhares de brasileiros estão se envolvendo no debate estratégico sobre o papel da mídia na atualidade”.

Aos estimular o debate sobre a comunicação fica clara a premissa de que ela precisa ser encarada como direito humano essencial. Pois, de acordo com Miro, se entregue à selvageria do “deus-mercado”, a mídia privada manipula as informações e deforma os comportamentos. “A liberdade de expressão, pela qual sempre

Projetos de Lei propõem a criação de horário sindical gratuito

Em outubro de 2009, o ex-presidente da CUT e deputado federal Vicente Paula (PT/SP), o Vicentinho, apresentou projeto de lei (PL 6.257/09) que estabelece o acesso gratuito das centrais sindicais ao rádio e à televisão. O modelo proposto é parecido com o utilizado pelos partidos políticos.

Projeto (PL 6.104/09) com mesmo propósito foi apresentado pela deputada Manuela D'Ávila (PCdoB/RS). Assim, o PL de Vicentinho será anexado ao da deputada gaúcha, de modo que serão discutidos em conjunto. Nesse momento, as proposições estão sob análise.

De acordo com a proposta, cada central sindical reconhecida pelo Ministério do Trabalho teria direito à “realização de um programa em cadeia nacional, a cada ano, com a duração de dois minutos; e a utilização do tempo total de no mínimo dez e no máximo quarenta minutos, por ano, para inserções de trinta segundos ou um minuto, nas redes nacionais”. Os programas seriam produzidos pelas próprias centrais e exibidos entre as 20h e 22h, às terças-feiras.

As informações veiculadas devem ser de interesse dos representados e fica proibida a divulgação de propaganda de candidatos a cargos eletivos, defesa de interesses pessoais e partidários e a utilização do espaço para fins comerciais.

Fonte: Diap

lutamos, não deve ser confundida com “liberdade de empresa”, afirma.

Em busca de conscientizar a população de que comunicação é um direito humano a ser assegurado, tanto quanto os demais, pelo Estado, o Intervenções Coletivo Brasil de Comunicação Social, com o apoio da Fundação Friedrich Ebert Stiftung, lançou, em novembro de 2009, o curta-metragem: “Levante sua voz”. O filme utiliza o mesmo roteiro do conhecido “Ilha das Flores”, de Jorge Furtado, mas retrata a concentração dos meios de comunicação no País. De maneira muito inteligente, didática e emocionante, apura a inexistência do direito à comunicação no Brasil e consegue demonstrar claramente o impacto e o poder da mídia na vida das pessoas.

Dirigido por Pedro Ekman, o curta, ironicamente, afirma que: “o direito a receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras, está garantido pelo Estado a todos os brasileiros, contanto que esses não pretendam se comunicar com uma grande quantidade de pessoas”. E conclui: “sem a garantia da liberdade de expressão para todos, a pluralidade e a diversidade de ideias existentes na sociedade não circulam e, sem isso, não há democracia. A comunicação é um direito. E direitos se conquistam”.

Desta maneira, é possível notar a grande afinidade que a luta pelo direito a comunicação tem com a defesa da educação, ambas entendidas como bem público e dever do Estado. Por isso, para a Secretária de Comunicação Social da CONTEE, Maria Clotilde Lemos Petta, as entidades sindicais de educação também cumprem papel importante na luta pela democratização da mídia. “A garantia de direitos essenciais para a população é característica da luta sindical e a comunicação se insere nesse contexto. Além disso, ela se aproxima das bandeiras específicas da CONTEE, que também faz o enfrentamento aos processos de exploração privada de direitos sociais, no caso a educação, e à mercantilização do ensino, assim como acontece atualmente



Representantes das Centrais Sindicais discutem propostas para a CONFECOM

com a informação. O direito à comunicação, tanto quanto o direito à educação, é fundamental para a luta por um projeto de desenvolvimento para o País, que o torne mais justo, democrático e igualitário”, acredita a Secretária.

Cabe também aos movimentos sociais e sindicais a tarefa de prestigiar e fortalecer veículos e iniciativas alternativas de comunicação. E, nesse sentido, a internet cumpre papel de destaque, já que oferece espaço e meios para que todos possam se expressar. Parece óbvio concluir que uma das melhores estratégias de combate à mídia-hegemônica é o fortalecimento dos veículos alternativos de comunicação.

Recentemente, a unidade na luta pela democratização da mídia no Brasil ganhou reforço de peso com a divulgação de uma plataforma unificada de bandeiras defendidas pelas Centrais Sindicais (CUT, CTB, CGTB, Força Sindical, Nova Central e UGT). As propostas ganham a legitimidade da luta popular, em momento propício e de extrema importância para a consolidação da democracia no Brasil. Agora, é preciso somar esforços e lutar para que o País transforme as propostas da sociedade brasileira em ações concretas de combate à ditadura da mídia.



As propostas da sociedade brasileira

Fortalecimento da rede pública de comunicação

Até hoje o Brasil não estabeleceu uma política de comunicação pública, como previsto na Constituição Federal. Portanto, é necessária a regulamentação do artigo 223 da Constituição, que garante o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. Além da criação de um fundo público, com recursos previstos no orçamento da União e a taxação das publicidades comerciais. As questões de autonomia de gestão e financiamento também precisam ser discutidas e contempladas.



Novo marco regulatório

Especialmente, em função da nova conformação da comunicação decorrente da convergência digital, a reformulação das leis e normas existentes e a elaboração de novas se faz indispensável. Elas devem abranger o sistema de telefonia, internet, cabo, celular, novas tecnologias e novas formas de comunicação propiciadas pela era digital. A prevalência da propriedade de capital nacional e combate à propriedade vertical (domínio do mesmo grupo controlador) e cruzada (o mesmo grupo controlando vários tipos de mídia) são fundamentais para a democracia brasileira.



Plano nacional de fortalecimento da radiodifusão comunitária, contra a criminalização

É necessário estabelecer novos critérios que favoreçam a descentralização dos processos

de concessão, com redução dos prazos de tramitação e zoneamento da radiofrequência para definir o canal e a potência para cada localidade, a fim de ampliar as alternativas de comunicação da sociedade.

Outra questão de destaque é a proposta de instalação de um conselho representativo, plural e autônomo, com maioria da sociedade civil, como instância decisória.

Também são necessários: a igualdade de participação e respeito à diversidade no seu conselho; o fomento à produção independente, ampliando a presença destes conteúdos na sua grade de programação; e a destinação de verbas do orçamento público no seu financiamento e proibição da publicidade comercial, garantindo as produções compartilhadas o apoio cultural e a publicidade institucional. As centrais defendem ainda que os canais públicos, que hoje são garantidos pela lei do cabo, estejam em sinal aberto.



O Seminário Nacional de Comunicação das Centrais Sindicais aconteceu em São Paulo, no dia 21 de outubro de 2009

Exige-se ainda a cessão imediata das ações repressivas de criminalização das rádios comunitárias. Além da agilização do processo de concessão de outorgas das rádios comunitárias, eliminando as barreiras burocráticas e discriminatórias.



O “Ilha das Flores” da comunicação

Lançado em novembro de 2009, pelo Intervenções Coletivo Brasil de Comunicação Social, o curta-metragem “Levante sua voz” alerta a sociedade brasileira para a concentração dos meios de comunicação no País. Ao utilizar o mesmo roteiro filme “Ilha das Flores”, de Jorge Furtado, expõe, didática e inteligentemente, o processo de domínio midiático existente no Brasil e leva à reflexão incontestável da comunicação como direito humano essencial.

O curta está disponível para ser assistido pela internet, sob a licença Creative Commons, por meio do qual é permitido copiar, distribuir, exibir e executar a obra livremente com finalidades não comerciais. Além de ser liberado para alteração, transformação ou criação de outra obra, apenas dando crédito ao autor original.

O material é muito bem produzido e pode ser utilizado como instrumento de reflexão nas salas de aula.

Para assistir, acesse o vídeo no Portal da CONTEE ou diretamente no link:

<http://vimeo.com/7459748#comment>

Levante sua voz – Ficha técnica:

Roteiro, direção e edição: Pedro Ekman

Produção executiva e produção de elenco: Daniele Ricieri

Direção de Fotografia e câmera: Thomas Miguez

Direção de Arte: Anna Luiza Marques

Produção de Locação: Diogo Moyses

Produção de Arte: Bia Barbosa

Pesquisa de imagens: Miriam Duenhas

Pesquisa de vídeos: Natália Rodrigues

Animações: Pedro Ekman

Voz: José Rubens Chachá

CC - Alguns direitos reservados





Plano de inclusão digital com internet banda larga gratuita

Um dos pontos mais importantes desse debate é a urgência nos processos de universalização do acesso à banda larga como serviço público, através da Telebras, com a criação de um plano nacional de banda larga gratuita, com a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação (Fust), que hoje já acumula R\$ 7,3 bilhões.

Vandré Fernandes

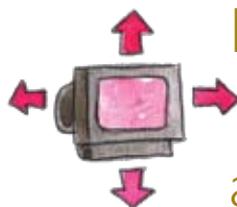


Plenária da etapa municipal da CONFECOM em São Paulo



Novos critérios para a distribuição da publicidade oficial

A fim de estimular a diversidade e a pluralidade informativa, é imprescindível estabelecer critérios democráticos e transparentes de distribuição dos recursos oficiais de publicidade, que não deve ser guiada apenas pelos indicadores da circulação e audiência, como ainda ocorre no País.



Rediscutir os critérios para as concessões públicas

O estabelecimento de mecanismos de participação da sociedade no processo de outorga, renovação e fiscalização das concessões públicas, que hoje é de 15 anos para TVs e de 10 anos para as rádios, é também questão de fundamental importância, que possibilitará a transparência no processo.



Controle social

A necessidade de participação e acompanhamento da sociedade civil nas questões de ordem pública parece ser incontestável. Nesse sentido, a reivindicação de políticas de controle social da comunicação é fundamental. Para isso, a proposta é a recomposição, com a participação tripartite, do Conselho de Comunicação Social em âmbito nacional e sua estruturação nos Estados e Municípios, com instrumentos que permitam a fiscalização a fim de aferir o cumprimento dos artigos 221 e 223 da Constituição.



Concessão de um canal aberto para as centrais sindicais

Uma das principais reivindicações é a outorga de concessão de canal aberto para as centrais sindicais, com o intuito de atender o artigo 221 da Constituição Federal que estabelece a preferência nas emissoras de rádio e TV de finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas. A promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente, assim como a regionalização da produção cultural, artística e jornalística, visando fortalecer os valores éticos e sociais também são apontados como prioritários.



Horário Sindical Gratuito

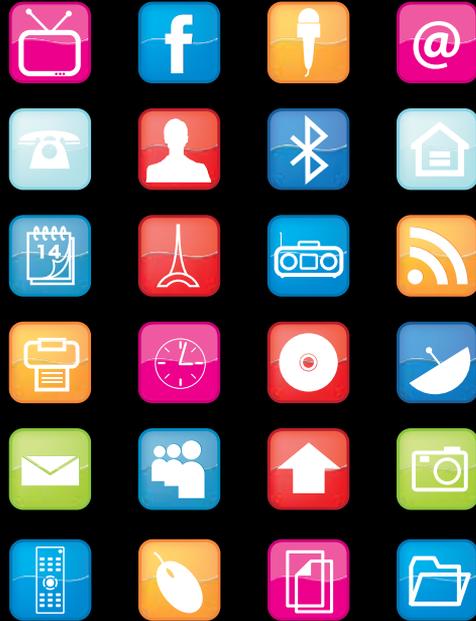
A garantia do chamado “direito de antena”, por meio do horário sindical gratuito nos espaços da programação dos meios de comunicação objetos de concessão, para as centrais sindicais é colocado como proposta de grande relevância para a democratização da informação. Uma vez que não há espaço nos meios privados para a divulgação de ações e iniciativas do movimento sindical. Ao contrário, o que está em curso na atualidade é a promoção de ideias discriminatórias, por meio da criminalização dos movimentos sociais.



Recriação da Embrafilme

O cinema nacional também necessita de estímulo para que desenvolva todo o seu potencial. Nesse sentido, as Centrais reivindicam a recriação da Embrafilme, como forma de estimular a produção de conteúdo nacional, regional ou independente, com garantia de distribuição e comercialização em todos os municípios. 

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO



COMUNICAÇÃO: MEIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE DIREITOS E DE CIDADANIA NA ERA DIGITAL

Ministério das Comunicações



“A mídia tem que ser criticada”

Em entrevista exclusiva à CONTEÚDO, o jornalista e autor do Blog “Escrevinhador”, Rodrigo Vianna, traça um perfil da mídia na atualidade, afirma que ela defende interesses muito específicos, disputa poder na sociedade e, por isso, precisa e merece ser criticada. Vianna também acredita que grandes complicações devem marcar a cobertura das Eleições 2010.



Como você analisa a mídia nos dias de hoje?

Rodrigo Vianna – Acredito que nenhuma atividade humana é feita de forma neutra. As pessoas têm formações culturais, religiosas, ideologia, história de vida, origem. Tudo isso influi na maneira como vêem o mundo e estabelecem a comunicação. Quando o jornalista vai escrever um texto, todos esses valores estão presentes. Tem uma questão mais importante que são os veículos para os quais esses jornalistas trabalham, que têm visão de mundo, história e interesses a defender. Não existe neutralidade, isso é uma ilusão. É uma estratégia de marketing das empresas. Ainda mais nos últimos tempos em que há uma comunhão no mundo inteiro entre conglomerados de mídia e empresariais. Na França, alguns grupos de mídia importantes têm como sócios-proprietários empresas da área de segurança nacional, produtoras de armas, por exemplo. Os interesses econômicos vão se articulando aos interesses do dono do jornal. Aqui no Brasil isso acontece também.

Para mim, está muito claro que hoje a mídia ainda dominante no Brasil funciona quase como um partido político, que pauta a sociedade. Pauta, inclusive, o que a oposição deve fazer. É uma con-

“A Folha de S. Paulo é um jornal decadente que fala para um público específico. Pagar todo mês para receber aquilo, não dá.”



Fotos: Maíra Soares

centração absurda e esse é um debate que acontece em toda a América Latina. O Lula deixou (a questão da comunicação) em banho-maria. Ele sabe que é importante. Mas a característica do governo Lula é de ser um governo amplo, de aliança, que escolheu não fazer os enfrentamentos. Ele só avança quando há um consenso gigantesco. Eles só foram convocar a Conferência de Comunicação no penúltimo ano de governo, no segundo mandato, depois de 7 anos e com uma popularidade enorme. O Lula não se arriscou a fazer isso no primeiro mandato, quando a popularidade dele tava menor.

É muito diferente do restante da América Latina. Na Venezuela, houve um enfrentamento direto. Na Bolívia, o presidente Evo Morales acaba de criar um jornal nacional. Na Venezuela, a TV estatal é muito forte, passa a contrapor aos meios privados, que são meios revidados pelo golpe contra o Hugo Chaves. E mesmo nos Estados Unidos, o Obama bate de frente com a Fox News, que faz todo dia um enfrentamento político com ele, criando factóides para desgastá-lo. Ao ponto da Casa Branca decidir explicitar: “A partir de agora nós vamos tratar a Fox não como uma televisão particular, mas como um braço do Partido Republicano”.

Mas não há um movimento de transformação da mídia no Brasil, especialmente com a criação dos Blogs que já fazem uma cobertura diferenciada?

Rodrigo Vianna –

Acho que ficou um pouco mais claro para a sociedade que não existe neutralidade. Nos anos 80, 90, depois da ditadura no Brasil, a imprensa tentou vender a imagem de independência. Acho que a própria mídia ajudou a tirar a máscara dela mesma. Sem querer, cumpriu um papel importante pela falta de qualidade do trabalho que faz. Na cobertura do que se chamou de “mensalão”, o

povo percebeu a maneira como a imprensa se colocou. Eu estava trabalhando no dia da vitória do Lula no segundo turno e estenderam uma faixa enorme na Avenida Paulista, que dizia: “O povo venceu a mídia”. Isso simboliza muita coisa.

As pessoas passaram a enxergar que a mídia precisa ser discutida. Ela não é neutra, faz parte e senta à mesa do poder. Portanto, tem de ser criticada. Os blogs fazem a crítica da mídia, o leitor faz a crítica da mídia. Embora, ainda acho que essa visão está mais restrita a uma parcela minoritária da sociedade, mas avançou. Tem um outro fato que é invisível, mas é importante, de que o governo federal pulverizou a verba de publicidade para a mídia no Brasil. Eram 400 a 500 veículos que recebiam toda verba de publicidade. Hoje são 2, 3 mil que recebem. Isso tirou o dinheiro do bolso dos caras. As famílias que mandam na comunicação no Brasil ficaram nervosas. O governo vai mexendo de uma maneira muito tênue, muito tímida, mas mexeu, por exemplo, na verba.

Eu acho que o caso mais evidente é o da revista Veja. O Luis Nassif, jornalista importante, tem uma série de reportagens que mostra o que foi a Veja nos últimos dez anos. Sempre foi uma revista liberal e conservadora, mas mantinha um caráter minimamente jornalístico de ouvir os outros lados. Não ouve mais. É um panfleto. Eu acho que isso vai ficando claro para o País. Eles defendem interesses muito específicos. Não falam em nome da sociedade, falam em nome de um pedacinho só da sociedade.

E os Blogs incomodam a grande imprensa?

Rodrigo Vianna –

Eu acho que incomodam. É uma guerrilha. Eles têm o exército convencional e nós atuamos na guerrilha. Porque as ferramentas que eles têm, como repórteres, equipe para gravar, custam caro. Isso é uma limitação dos blogs. E aí você acaba fazendo contraponto, a partir da pauta que a grande mídia estabelece. Eles discutem CPI da Petrobrás, a gente vai lá e discute se a maneira como eles estão fazendo a cobertura é honesta ou não. Os blogs fazem um contraponto dentro da pauta estabelecida, principalmente por não terem repórteres. Não tem produção. Temos que criar uma estrutura que permita ter reforços para cobrir os assuntos. Nem tudo é opinião, às vezes você precisa

“A mídia ainda dominante no Brasil funciona quase como um partido político, que pauta a sociedade. Pauta, inclusive, o que a oposição deve fazer.”



de um cara para ir lá e olhar. A gente não pode só lidar com a opinião, tem de lidar com os fatos também. O público gosta quando você traz informação nova. Por enquanto, estamos na parte de denunciar a cobertura da grande mídia e comentar com um ponto de vista diferente. Eu, como jornalista, gosto de fazer reportagem, acho que seria legal se a gente conseguisse fazer reportagem para a internet. Isso ainda falta.

O Vox Populi fez uma pesquisa sobre como as pessoas se informam. E pouco mais de 50% disse que era pela televisão. Em segundo lugar: blogs e sites, com 20%. As gerações mais novas não lêem jornal. Tem gente que acha que o caminho é esse. Ao invés de você construir alternativas na grande mídia, você deixa mil flores florescerem para fazer o contraponto. Hoje você tem uma guerrilha na Internet que ajuda a fazer um contraponto, mas acho que a gente tem de avançar mais. Nesse sentido, os movimentos sociais também cumprem um papel importante.

É possível democratizar a mídia brasileira?

Rodrigo Vianna – A grande imprensa vai ser sempre o que ela é. Não adianta você pedir que a mídia não seja aquilo que ela nasceu para ser. Ou seja, um instrumento para a defesa de determinados interesses. É importante fazer a denúncia da mídia por um caráter pedagógico para que as pessoas entendam que a mídia não é neutra. Sem ter a ilusão de que essa denúncia é para mudá-la. Em vez de ficar pedindo que a mídia mude, a gente tem de construir uma outra mídia, isso está sendo feito, devagarzinho, na Internet, na rede pública, por pessoas que, simplesmente, não assinam mais jornal nem televisão e se informam boca a boca. Isso é muito forte! É um fenômeno importante.

Mas eu acho que mesmo seguindo as regras capitalistas, a mídia poderia melhorar. Por exemplo, cobrando que as concessões de rádio e televisão sejam feitas seriamente. Quem são os donos das concessões? Por que não se discute a renovação das concessões? A lei impede que parlamentares sejam donos de veículos de comunicação. Mas em alguns casos é tanta cara de pau, que eles colocam o filho, a mulher, um amigo, para ser o dono, mas quem manda é o parlamentar.



“Eu não tenho muita ilusão com a Conferência, em relação a resultados concretos. Mas é preciso mostrar para as pessoas que comunicação também é o lugar onde se trava disputa.”

“Eles têm o exército convencional



“Eu estava trabalhando no dia da vitória do Lula no segundo turno e estenderam uma faixa enorme na Avenida Paulista, que dizia: ‘O povo venceu a mídia’. Isso simboliza muita coisa”.

Nessa questão das concessões, por exemplo, teríamos que abrir um inventário, rever a maneira como devem ser feitas as concessões. Impedir a concentração, como a Argentina vem tentando fazer. Não tem cabimento o mesmo grupo econômico ser dono da TV a cabo, canais que transmitem na TV a cabo, a principal TV aberta e rádio. Nos Estados Unidos, até um tempo atrás, isso era proibido. Acho que a gente poderia brigar para que pelo menos isso se revertesse.

E democratização é também criar outros órgãos de comunicação, ter mais vozes no País. Acho que isso está acontecendo, isso não depende do Estado. As pessoas estão tentando, os sindicatos tem suas revistas, os blogs, a internet. Do ponto de vista institucional é isso: concessão, desconcentração e fortalecimento de uma rede pública. O governo Lula criou nesse segundo mandato a TV Brasil, é importante fortalecê-la. Uns dizem: “Ah, mas dá pouca audiência!” Não interessa. Essas coisas se constroem aos poucos. Os países europeus, onde se criou o mínimo de contraponto ao capital, na França, Itália e Inglaterra, criaram redes públicas. E mesmo os Estados Unidos têm uma rede pública importante. Não tem porque o Brasil não ter uma rede pública, importante e forte.

E existe resistência do meio ao fortalecimento da rede pública?

Rodrigo Vianna – É claro! A Folha de S. Paulo escreveu editorial pedindo fechamento da TV Brasil. Eles são tão explícitos, que ajudam a tirar a própria máscara. Eles mesmos estão fazendo esse strip-tease público da ideologia, do que está envolvido no negócio deles. Incomoda ter uma rede pública que, por enquanto, não tem tanta força, mas pode vir a ter. No caso do golpe de 2002, na Venezuela, a rede pública estatal cumpriu um papel fundamental lá. O Chávez conseguiu voltar ao poder porque a população se mobilizou e porque havia um canal de televisão que mostrava que os golpistas já tinham sido derrotados. E a TV privada fazia de conta que o Hugo Chávez continuava fora do poder, mas ele já tinha volta-

e nós atuamos na guerrilha.”

do. A TV Estatal cumpre um papel importante, inclusive democrático de contraponto às transmissões privadas.

E qual a sua expectativa para a cobertura das eleições em 2010?

Rodrigo Vianna –

Pelo que a gente viu nesse ano, vai ser complicado. O embate vai ser pesado. Em 2009, um jornal publicou uma falsa ficha da ministra Dilma Rousseff na primeira página. É direito de qualquer jornal não gostar da Dilma. Agora, não é direito mentir e colocar uma ficha falsa. Pra mim, foi o maior absurdo dos últimos anos na comunicação, que me fez cancelar minha assinatura da Folha de S. Paulo. A Folha é um jornal decadente, que fala para um público específico. Pagar todo mês para receber aquilo, não dá. Agora, eles querem me oferecer de graça, mas eu não quero nem de graça.

Você acredita que poderemos

conquistar avanços com a Conferência Nacional de Comunicação?

Rodrigo Vianna – Eu não tenho muita ilusão com a Conferência em relação a resultados concretos. Mas é preciso mostrar para as pessoas que comunicação também é o lugar onde se trava disputa, como qualquer outro lugar. E na sociedade brasileira esse debate é muito pouco visível. Tem um setor de vanguarda que discute muito isso, mas para a grande massa, mesmo para os setores mais organizados na área sindical, por exemplo, eu acho que as pessoas não compreendem isso.

Por isso, acho que o caráter da Conferência é pedagógico, ao trazer o debate, mostrar que a comunicação precisa ser debatida, que não estamos satisfeitos com o modelo existente no País. Assim, você aponta grandes linhas e o setor mais organizado, com base na Conferência, vai criar um programa mínimo para que possamos debater a comunicação. ●



VII CONATEE reúne mais de 600 delegados em São Paulo

Nos dias 29 a 31 de agosto de 2009, aconteceu em São Paulo o VII Congresso da CONTEE. A atividade reuniu na capital paulista 630 delegados para o maior fórum deliberativo da entidade, que definiu as estratégias e diretrizes da Confederação para os próximos 3 anos.

A solenidade de abertura contou com a presença de representantes de entidades nacionais e internacionais. Os convidados saudaram a CONTEE, cumprimentaram os participantes e ressaltaram a importância da luta da Confederação em defesa de educação pública e da regulamentação do setor privado de ensino.

Na solenidade, a professora Madalena Peixoto Guasco, Coordenadora Geral da entidade, ressaltou a importância do Congresso para a definição dos rumos da entidade e destacou que “o fortalecimento da CONTEE é para todos nós o bem mais precioso!”.

Em seguida, o doutor em ciência política e professor da Universidade de São Paulo (USP) Leonel Itaussu Almeida Mello e o economista e técnico do

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) Sérgio Mendonça falaram sobre conjuntura nacional e internacional.

Durante todo o VII CONATEE foram debatidos os mais importantes temas relacionados à conjuntura nacional e internacional, educação, ao funcionamento e atuação da entidade e ao envolvimento dela com as demais entidades dos movimentos sociais. O reconhecimento e a aprovação da participação da CONTEE nas ações e atividades da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), juntamente com a manutenção da filiação à Central Única dos Trabalhadores (CUT) foram alguns dos destaques do Congresso. Assim como a aprovação da filiação da entidade à Internacional da Educação (IE) e à Federação Internacional de Sindicatos de Educadores (FISE).

Enio Fernandes



Mesa de abertura do VII Congresso da CONTEE

Eleita nova diretoria para triênio 2009/2012

O processo eleitoral transcorreu com tranquilidade, tendo sido apresentada uma chapa única para a votação. A composição da chapa unitária reflete o esforço de construir e manter a unidade da Confederação em torno da luta política sindical em defesa da educação pública e pela regulamentação do setor privado de ensino. Assim, a professora Madalena Guasco foi reeleita Coordenadora Geral da CONTEE. Dos 630 delegados presentes, 589 participaram da votação. Sendo que, 559 votaram na chapa vitoriosa, 15 votos nulos e 15 abstenções.

A avaliação da Professora Madalena sobre o Congresso foi positiva. “Foi um Congresso exitoso, que coloca a Confederação ainda mais forte e mais consolidada, e que levou também a uma discussão madura sobre o movimento sindical na atualidade. Em cima disso, se formou uma tese de unidade sobre o relacionamento da CONTEE com as Centrais Sindicais, reconhecendo o papel da CTB e da CUT como as



Maíra Soares

Diretoria plena (gestão 2009/2012) eleita no VII CONATEE em São Paulo

principais centrais que atuam na base da CONTEE. A chapa unitária congregou todas as forças que compõem a entidade na compreensão de que a CONTEE é um instrumento de luta que precisa continuar unitário”, concluiu Madalena.

A relação completa de nomes da nova diretoria da CONTEE para o triênio 2009-2012 está disponível no Portal da entidade: <http://www.contee.org.br>. Lá você também encontra informações completas sobre a atividade, galeria de imagens e vídeos.

Arquivo CONTEE



Encontro reuniu docentes de toda a América Latina

Nos dias 9 e 12 de setembro, aconteceu em Buenos Aires (Argentina) a I Reunião Latino Americana de Organizações Sindicais da Educação Superior, organizada pela Internacional da Educação (IE), com o apoio da Federação Nacional de Docentes Universitários (CONADU) da Argentina. O encontro contou com a participação de docentes de vários países da América Latina, entre eles a Secretária de Comunicação Social da CONTEE, professora Maria Clotilde Lemos Petta, representando a entidade.

Durante o encontro, Clotilde destacou o papel da

CONTEE denuncia desnacionalização da educação em encontro internacional

Confederação na luta pela regulamentação da educação privada e falou sobre a expansão descontrolada do ensino superior particular no País. A professora fez ainda uma avaliação da política educacional do governo Lula, apontando seus avanços, limites e contradições.

Em suas considerações finais, ressaltou que “cabe aos movimentos sociais, às centrais sindicais e às organizações sindicais de educação superior de toda a América Latina o protagonismo na luta pela Universidade Pública, gratuita, autônoma, comprometida com a construção de nações soberanas e democráticas”.

II Encontro Nossa América aprova calendário de ações unitárias

No dia 24 de outubro, encerrou-se, em São Paulo, o II Encontro Sindical Nossa América. O evento debateu o projeto de integração dos povos do continente americano e contou com a participação de 150 delegados de 28 países e de mais de 200 organizações sindicais do Brasil, Argentina, Chile, México, Venezuela e outros países das Américas Latina e Central.

A CONTEE foi representada pela Secretária de Comunicação Social, Maria Clotilde Lemos Petta, pelo Coordenador Regional Centro Oeste, Edson de Paula Lima, pelo Secretário de Assuntos Jurídicos da entidade, João Batista da Silveira; e pelo Coordenador Regional Norte, José Carlos Arêas. Além da presença dos diretores Wellington Teixeira Gomes, da FITEE (Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino); Márcia de Alencar Santana, da Fitrae-BC (Federa-



O Coordenador Regional Centro-Oeste da CONTEE propõe manifesto “Educación no es mercancia”

ção Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Brasil Central); e Celina Arêas, diretora do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais e da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil).

Edson de Paula Lima destacou aos participantes do encontro a importância da inserção da educação no projeto nacional de desenvolvimento, e propôs que o Encontro aprovasse uma moção de repúdio à mercantilização e desnacionalização da educação, em curso no Brasil. Assim, a Plenária aprovou o Manifesto “Educación no es mercancia”.

A situação da mulher e crise financeira em debate em São Paulo

A crise mundial também provocou impactos na vida das mulheres. Esta foi a principal conclusão das participantes da Mesa Redonda

de Mulheres da Internacional da Educação da América Latina, realizada nos dias 21 e 22 de setembro, em São Paulo (SP). Foram analisa-

das as repercussões da crise financeira mundial e a situação da mulher nessa conjuntura.

Para a Secretária de Gênero e Etnia da CONTEE, Nara Teixeira, que representou a entidade na atividade, a Mesa Redonda foi muito positiva por apontar também compromissos que devem ser assumidos dentro das entidades sindicais, a fim de propiciar melhores condições para a participação política das trabalhadoras sindicalistas.

Sindicalistas latino americanos reunidos em São Paulo

Arquivo CONTEE



Representantes da CONTEE entregam pedido formal de filiação à IE, durante a Conferência

A cidade de São Paulo/SP sediou, nos dias 23 e 25 de setembro, a VII Conferência Regional da Internacional da Educação para a América Latina, cujo tema foi “Fortalecimento e Articulação sindical para a defesa da educação pública”.

Recém filiada à IE, a CONTEE participou do evento, que reuniu mais de 150 companheiros, de cerca de 22 países. Entre eles: Brasil, Argentina, Honduras, Costa Rica, Nicarágua, Paraguai, Chile, Colômbia, Venezuela, México, Espanha, Suécia e Estados Unidos. Representaram a Confederação: a Secretária Geral da entidade, Cristina Castro; o Secretário de Assuntos Educacionais, José Thadeu de Almeida; e a Secretária de Gênero e Etnia, Nara Teixeira.

Durante a mesa de abertura da atividade, a Secretária Geral da CONTEE, Cristina Castro, ressaltou a luta da entidade em defesa da educação pública e pela regulamentação do setor privado de ensino, como um bem público e um dever do Estado. Para Cristina, “2010 será um ano muito significativo para o Brasil e para toda a América Latina para dar continuidade ao desenvolvimento da região. Por isso, não devemos nos isolar. Precisamos de solidariedade e fraternidade em nossas ações, e não apenas em nossas palavras”.

Debate em Pernambuco discutiu o papel do professor

A CONTEE participou, no início de novembro, do III Encontro dos Professores da Rede Privada, realizado pelo Sindicato dos Professores de Pernambuco (Sinpro-PE), na Ilha de Itamaracá, no Litoral Norte do Estado. Cerca de 250 profissionais prestigiaram o evento, cujo objetivo principal era reunir a categoria em torno de discussões fundamentais, como o papel do professor no ambiente de trabalho e a regulamentação do ensino privado.

A CONTEE esteve presente através da participação de sua Secretária de Comunicação Social, Maria Clotilde Lemos Petta, do diretor José Jackson Bezerra, e do Coordenador Regional Centro-Oeste, Edson de Paula Lima.

Arquivo CONTEE



Professora Maria Clotilde Lemos Petta representou a CONTEE em atividade realizada em Pernambuco

Curtas da Contee

CONAE São Paulo aprova propostas para a etapa nacional

Realizada nos dias 2, 3 e 4 de outubro, em São Paulo, a Etapa Paulista da Conferência Nacional de Educação reuniu três mil pessoas no Palácio de Convenções do Anhembi para debater sobre o Documento Referência e aprovar propostas que serão encaminhadas à etapa nacional, a ser realizada em Brasília, entre os dias 28 de março e 1º de abril de 2010.

A CONTEE foi representada na atividade pela Coordenadora Geral da entidade, Madalena Guasco Peixoto, que participou como palestrante do colóquio que debateu o Eixo II da CONAE sobre: “Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação”. Segundo ela, o Documento Base apresenta uma concepção de educação de qualidade.

Arquivo CONTEE



Etapa paulista da CONAE

“Agora, vai depender da nossa luta transformar essas concepções em diretrizes concretas para o estabelecimento de políticas públicas”, afirmou.

A Secretária de Comunicação Social, Maria Clotilde Lemos Petta, também apresentou palestra em nome da CONTEE na Conferência, na discussão sobre o Eixo III: “Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar”. Para ela, “se no ano que vem não dermos continuidade as mudanças que afastaram o Estado brasileiro do neoliberalismo, vamos ter um retrocesso muito significativo”.

Arquivo CONTEE



Diretor da CONTEE, Reginaldo Meloni, representou a entidade no Seminário

CONTEE participa de Seminário sobre Ensino Médio

Realizado em Brasília, entre os dias 22 e 24 de setembro, o Seminário Nacional de Políticas para o Ensino Médio reuniu estudantes, professores, gestores dos sistemas federal, estaduais e municipais, conselheiros de educação, representantes do Ministério da Educação, de movimentos sociais e de organizações não governamentais para debater temas políticos e também pedagógi-

cos sobre o Ensino Médio.

Na ocasião, a CONTEE foi representada pelo diretor Reginaldo Meloni. Além da CONTEE, a única entidade sindical presente foi a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação). Ao longo do Seminário foi destacada a necessidade de ampliação das verbas para o financiamento da educação. Segundo relatou Meloni, a falta de recursos “justifica o fato de que ainda existem no Brasil cerca de 40 milhões de analfabetos funcionais, 14 milhões de analfabetos totais e também de que o País ocupe posições baixíssimas em qualidade, comparado com outros países”.

Seminário prepara sindicalistas para Campanha Salarial 2010

Daniele Moraes



Dirigentes sindicais de todo o País participam do Seminário

Os preparativos para as Campanhas Salariais de 2010 já começaram para as entidades filiadas à CONTEE. Para isso, a Confederação realizou, em 5 de novembro, em São Paulo/SP, o seu 6º Seminário Nacional de Campanha e Negociação Salarial, reunindo sindicalistas de todo o País para debater as perspectivas para a luta e as negociações dos trabalhadores no próximo período, a fim de traçar estratégias consistentes e unificadas.

A atividade, que também abordou a questão da saúde do trabalhador, foi realizada na Sede do Sinpro-SP e teve a coordenação do Secretário de Organização e Políticas Sindicais, Fábio Zambon, e da Secretária Geral da CONTEE, Cristina Castro.

Entre os palestrantes convidados, Eliana Elias, supervisora técnica do DIEESE, apresentou dados interessantes de estudos econômicos, que ajudaram a traçar as perspectivas conjunturais a serem enfrentadas em 2010. Segundo ela, a instabilidade econômica não se refletiu de forma negativa nas negociações salariais. Contudo, o ajuste das empresas em resposta à crise ocorreu principalmente pelas demissões de trabalhadores, especialmente no setor industrial. “Isso demonstra a necessidade da ratificação da Convenção 158 da OIT, que trata do impeditivo às demissões imotivadas”, afirmou.

Trabalhadores do ensino privado na VI Marcha das Centrais

Organizada pelas centrais sindicais, a VI Marcha da Classe Trabalhadora aconteceu em Brasília, no dia 11 de novembro, e contou com a participação de milhares de pessoas, que percorreram a Esplanada dos Ministérios em defesa da redução da jornada de trabalho.

A CONTEE marcou presença na atividade, levando as bandeiras dos trabalhadores em educação do setor privado de ensino, com a participação de diretores da Executiva da entidade: a Secretária Geral, Cristina Castro; a Secretária de Comunicação Social, Maria Clotilde Lemos Petta; a Secretária de Gênero de Etnia, Nara Teixeira; e o Coordenador Regional Norte, José Carlos Arêas; além de diversos membros da direção plena da Confederação, que representaram ainda as entidades de base dos Estados de: São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal, entre outros.

Com bandeiras, faixas e adesivos, a Confederação destacou a luta contra a mercantilização da educação e em defesa da inclusão do setor privado de ensino no Sistema Nacional de Educação, como forma de garantir a sua regulamentação e qualidade.

Arquivo CONTEE



Diretores da CONTEE marcam presença na VI Marcha

Comunicação na pauta **Positiva**

Veja aqui importantes conquistas do último período que merecem destaque:

CONFECOM estimula debate sobre a comunicação

Após 7 anos, finalmente o Governo Lula tomou uma atitude concreta no sentido de promover o debate sobre as estruturas de comunicação no Brasil. A iniciativa já pode ser considerada vitoriosa somente por seu caráter pedagógico, ao trazer para a sociedade discussões fundamentais para a consolidação até mesmo da democracia brasileira. Em 2009, centenas de encontros, seminários e conferências livres aconteceram pelo País, revelando a importância do tema, fortalecendo a luta pela democratização da mídia, e equiparando o acesso à comunicação a um direito humano essencial.

Blogs como principais fontes alternativas de informação

Na contra-mão da mídia hegemônica – sustentada pelos setores mais conservadores da sociedade e comprometida com interesses privados – a blogosfera, como é conhecida, tem feito um verdadeiro e ágil contraponto aos veículos de comunicação de massa. Com o trabalho criterioso de diversos jornalistas, entre eles: Luis Carlos Azenha, Paulo Henrique Amorim, Luis Nassif, Rodrigo Vianna e outros, os Blogs denunciam a manipulação das informações, garantindo o acesso ao “outro lado da notícia”. O enfrentamento do chamado PIG – Partido da Imprensa Golpista não pode parar. Por isso, vida longa aos Blogs!

Argentina dá goleada no Brasil

Exemplo a ser seguido pelo Brasil, foi aprovado em outubro de 2009 na Argentina a Lei 26.522 de Serviços de Comunicação Audiovisual, que a partir de agora reserva um terço do mercado de mídia do país para cada um dos três setores representativos do conjunto da sociedade: a iniciativa privada, o Estado e a sociedade civil. Assim, 33% das licenças de rádio e televisão serão dedicadas exclusivamente a entidades sem fins lucrativos, como sindicatos, associações, cooperativas, fundações e universidades. Além do fomento ao cinema argentino e à produção de conteúdos educativos. Por enquanto, como disse o pesquisador Venício de Lima, em artigo publicado no site Observatório da Imprensa: “Cristina Kirchner conseguiu fazer o que Lula não fez”.

Desafios para a *noSSa* luta

Escalada da grande mídia contra os movimentos sociais

A perseguição e retaliação aos movimentos sociais por parte da grande imprensa no Brasil são velhas conhecidas, em especial, da classe trabalhadora. Entretanto, no último período, a mídia hegemônica parece ter perdido qualquer escrúpulo em sua empreitada por criminalizar ações e atividades do movimento social. O alvo da vez, atacado com perversidade, é o Movimento dos Sem Terra. Além de achaques e calúnias, os poderosos da comunicação brasileira andam de mãos dadas com setores da oposição que, juntamente com a bancada ruralista, instalaram em outubro a terceira CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) contra o MST nos últimos quatro anos. A iniciativa, certamente, é uma represália ao anúncio do governo federal de atualização dos índices de produtividade no setor agrícola. Em busca de proteção, o Movimento já recorreu até mesmo à Organização das Nações Unidas (ONU), onde denunciou, em parceria com os dirigentes das centrais sindicais brasileiras, a perseguição política sofrida.

Os desafios na luta pela democratização da comunicação são grandes. Destacamos alguns aspectos negativos que exigirão atenção redobrada:

Fim da obrigatoriedade do diploma: um retrocesso histórico

Após décadas de luta em defesa da regulamentação profissional, a categoria dos jornalistas sofreu uma grande derrota com o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão. Atendendo apenas aos interesses dos grandes empresários do setor, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) prejudica os trabalhadores, enfraquece a luta sindical e coloca em risco a qualidade da informação e da prestação de um serviço essencial para a consolidação e manutenção de uma sociedade democrática. A desregulamentação da profissão do jornalista traz prejuízos diretos à categoria, mas acima de tudo foi um duro golpe contra os interesses do povo brasileiro.

Cuidado com o AI 5 – Digital do Azeredo

O potencial colaborativo, aberto e livre que caracteriza a internet é o alvo principal do texto substitutivo ao projeto de lei sobre crimes digitais no Brasil, defendido pelo Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), e conhecido como AI-5 Digital 2.0. O substitutivo, que tramita no Congresso Nacional, transforma em crime a troca de arquivos digitais, proíbe a existência de redes abertas e

faz dos provedores de acesso verdadeiros centros de espionagem e delação. Se aprovado, a troca livre e anônima de pacotes digitais na internet passará a ser crime. Ou seja, será crime, por exemplo, se uma pessoa que comprou um CD decidir passar aqueles arquivos de música para o seu pen-drive, mesmo que para utilização pessoal. A boa notícia é que muitos ativistas e usuários já têm se mobilizado contra a aprovação do texto, organizando manifestações, documentos e abaixo-assinados. Fique ligado e diga não ao AI 5 – Digital!



Twitter na escola *ajuda?*

“Existem múltiplas formas de fazer do nanoblog um assistente divertido e eficaz, em sala de aula”. É o que garante o Professor Sergio Amadeu da Silveira. Leia a seguir as dicas sobre como utilizar essa nova ferramenta do mundo digital dentro da sala de aula para potencializar o aprendizado e estimular a interatividade dos estudantes.

O Twitter pode ser uma boa ferramenta para a Educação? Como um nanoblog com 140 caracteres pode apoiar o processo de ensino-aprendizado? O Twitter usado em sala de aula garantirá a múltipla atenção dos estudantes ou simplesmente gerará um processo de dispersão? Quais outras possibilidades de uso educacional do Twitter?

Essas questões são cada vez mais importantes. Isso porque o Twitter não é mais uma atividade de nerds e super-usuários

da internet. O Twitter já ultrapassou 1 milhão de participantes, somente no Brasil. A tendência é crescer ainda mais. Além disso, o Twitter permite uma grande versatilidade de uso. Alguns dizem que se presta mais a divulgação de ideias e dicas. Na realidade, o Twitter pode ter usos muito mais variados. Algumas pessoas usam para expressar sentimentos, outras para cobrir eventos e algumas até para denunciar políticas ou políticos que consideram nefastos.

Para aprofundar um pouco as possibilidades de uso do Twitter no ensino formal, traduzi algumas ideias das pesquisadoras romenas Gabriela Grosseck e Carmen Holotescu, que em 2008 escreveram um documento intitulado “Can we use Twitter for educational activities?”, ou, “Podemos usar o Twitter para atividade educacionais?” Gabriela e Carmen exploraram questões pragmáticas sobre o potencial do Twitter como ferramenta educacional, baseando-se em suas próprias experiências. Uma primeira possibilidade é a criação de comunidades de alunos. A ideia é twittar em sala de aula ou fora dela sobre temas de interesse da disciplina.

João Luis



Sergio Amadeu é militante do movimento de mídia livre

Explorando a escrita colaborativa, é possível promover atividades de busca de conteúdo na rede e dispor as descobertas para os colegas. Tais buscas podem ser divertidas e as discussões no próprio twitter podem ser bem proveitosas, mesmo que não sejam realizadas em tempo real. Os alunos podem realizar as suas postagens (twitter), endereçadas aos seguidores do perfil da sua turma, para perguntar e esclarecer dúvidas sobre o tema da pesquisa proposta pelo professor. Também podem

refletir conjuntamente sobre a pertinência ou a compreensão coletiva de determinados fatos.

Minha sugestão é trabalhar com as #hashtags ou hashtags, quando se está pesquisando um tema. O processo é bem simples. A turma decide que todos que escreverem sobre aquele tema no início ou no final da postagem coloquem um identificador do assunto, ou seja, uma hashtag. Por exemplo: todo mundo que estiver participando da pesquisa sobre Machado de Assis deve incluir na frase a hashtag #machado. Com isso, depois basta clicar na hashtag para obter as postagens de todo mundo que escreveu algo sobre o autor. Assim, é possível resgatar toda a discussão, dicas, dúvidas e declarações realizadas.

A turma pode, inclusive, usar as postagens feitas no Twitter para editar um blog com um novo ordenamento das informações coletadas. Assim, dá para fazer uma análise crítica de todo o processo e requalificá-lo. A definição do taggingamento ou etiquetagem das postagens pode ser muito útil não só para recuperar informação, mas para definir exatamente o que a turma está procurando. Discutir o nome mais adequado da





“É preciso superar o ensino verticalizado, centrado exclusivamente na hierarquia e encontrar novas formas de aprendizado em rede.”, afirma o professor Sérgio Amadeu.

tag é, em si, um exercício não somente escolar, mas também que ajuda as pessoas a entenderem a importância da web semântica.

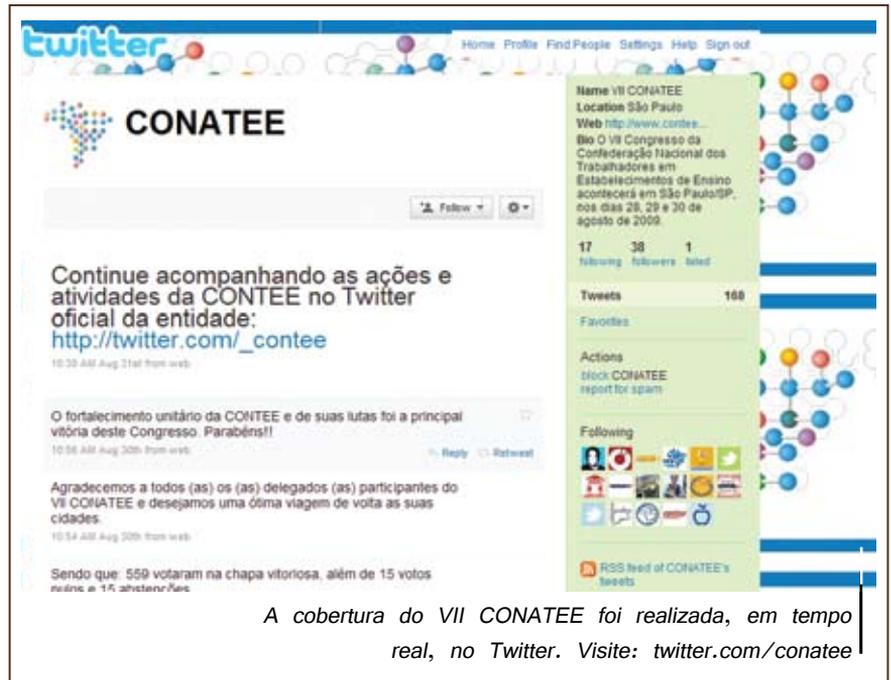
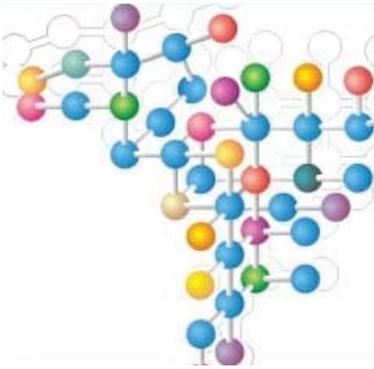
De volta às proposições das pesquisadoras romenas, o Twitter serve também para a classe debater com um cientista, personagem ou professor que está em outra cidade. Usando uma hashtag combinada com o convidado, que está à distância, a turma pode transformar o Twitter em “uma sala de conferência”. A dificuldade é coordenar o debate para que não seja uma “gritaria digital”. Mas essa é uma das situações que fazem parte do aprendizado do uso da ferramenta. Depois do debate online, em tempo real, os alunos podem recuperá-lo a partir da hashtag para uma análise posterior mais profunda.

Outro exercício bem interessante e divertido é levar a turma para a sala de internet e combinar que cada um deve imediatamente escrever a continuidade do texto do outro. Mas o tema deve ser aquele que está sendo estudado. Assim,

é possível avaliar a compreensão e o desempenho de modo participativo. As sentenças devem fazer sentido para a correta compreensão do problema que está sendo estudado. O professor pode incentivar, postando uma frase ou pergunta inicial e as pessoas têm trinta

@_contee

Conheça e siga a página da CONTEE no Twitter. Lá você poderá saber das novidades, obter informações e acompanhar, em tempo real, as principais atividades desenvolvidas e prestigiadas pela Confederação.



A cobertura do VII CONATEE foi realizada, em tempo real, no Twitter. Visite: twitter.com/conatee

segundos para escrever, seguindo uma ordem previamente combinada.

Entre as várias possibilidades de uso educacional do Twitter, coloco a do estudo do meio com o uso de celulares que têm câmera fotográfica e envio para o twitpic (<http://twitpic.com/>) – aplicação que permite expor as imagens que os twitters captaram. Aulas de geografia e jogos narrativos, tais como a história da sua rua ou do bairro, podem ser realizadas pela turma, que irá participar e analisar conjuntamente o processo.

Enfim, o uso do

Twitter ou do identica, um microblogging livre, no processo de ensino e aprendizagem, pode melhorar a integração dos alunos e incentivar a autonomia de pesquisa na rede e o compartilhamento de soluções. Sem dúvida, o uso da rede e do próprio nanoblogging em sala de aula pode gerar dispersão e baixo aproveitamento se não for planejado e bem orientado. Por isso, o professor deve cada vez mais assumir a posição de um navegador experiente. É preciso superar o ensino verticalizado, centrado exclusivamente na hierarquia e encontrar novas formas de aprendizado em rede. 

*** Sergio Amadeu da Silveira é sociólogo, considerado um dos maiores defensores e divulgadores do software livre e da inclusão digital no Brasil. Foi precursor dos telecentros na América Latina e presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.**

Este texto foi publicado originalmente na Revista "ARede" – Nº51 – Setembro 2009

Todos os textos da revista ARede podem ser utilizados livremente, de acordo com os termos de licença Creative Commons.



Comercializar estudantes é crime

contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino
www.contee.org.br



Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino
www.contee.org.br